Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: julho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Acima das expectativas – Luciana Franco - Revista Globo – Rural – Julho de 2009 5

Cultivo sob suspeita – Sérgio de Oliveira - Revista Globo rural – julho de 2009 6

Novos critérios para classificação de operações de crédito rural – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009 7

Novo prazo de renegociação para operações de investimentos do Pronaf – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009 8

Governo responde pauta do Grito da Terra Brasil – Sítio Eletrônico da Contag - 01/07/2009 9

CMN contraria expectativa sobre classificação de risco – Valor Econômico – Agronegócios – 01/07/2009 9

Banco do Brasil destinará R$ 39,5 bilhões para safra 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 02/07/2009 10

Para Cargill, adubo em baixa e volta do crédito favorecem próxima safra – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios – 02/07/2009 11

Comissão apresenta projetos e pede rolagem de dívidas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 02/07/2009 11

BB terá R$ 39,5 bi para a safra – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009 13

Seguro Rural: subvenção quadruplica na primeira metade de 2009 – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009 14

A crise e o Plano de Safra – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/07/2009 16

Novas medidas para a Safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2009 17

G-8 se comprometerá com US$ 15 bi para agricultura, diz representante – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2009 18

Finame 'disputa' financiamento de máquinas com o Moderfrota – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 07/07/2009 18

Faturamento do setor foi recorde no ano passado – Patrick Cruz – Valor econômico – agronegócios – 07/07/2009 20

Seguro para a Agricultura – Antonio Mendonça – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2009 21

Garantia de Preços: 15 produtos contam com bônus este mês – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2009 22

Garantia de Preços: 15 produtos contam com bônus este mês – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2009 23

Pronaf: agricultores familiares ganham novo prazo para renegociação – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2009 24

Governo garante R$ 15 bilhões para agricultura familiar – Sítio eletrônico do MDA - 16/07/2009 25

Governo garante R$ 15 bilhões para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 16/07/2009 26

Crédito rural: 99,9% dos recursos disponíveis – Sítio eletrônico da CNA – 17/07/2009 27

Aviso de Pauta: lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009 28

Plano Safra 2009/2010 formaliza conquistas da agricultura familiar – Sítio eletrônico da Contag – 22/07/2009 29

Pronaf financia compra de veículos utilitários – Sítio Eletrônico do MDA - 22/07/2009 29

Lula lança o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009 30

Governo Federal regulamenta Lei da Alimentação Escolar – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009 34

Pronaf financia compra de veículos utilitários – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009 34

Lula lança o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009 35

Endividados, citricultores discutem opções de renda – Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócio – 22/07/2009 39

BB e Nossa Caixa destinam R$ 5,8 bi para a safra 2009/2010 em SP – Sítio Eletrônico da CNA – 23/07/2009 40

AGRICULTURA FAMILIAR RECEBE MAIS RECURSOS – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2009 42

Pronaf: agricultores familiares ganham novo prazo para renegociação – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2009 43

Nova rolagem de dívidas de produtores familiars – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2009 44

Agricultura Familiar receberá até 128% a mais do governo na safra 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 24/07/2009 45

Nossa Caixa vai financiar até R$ 1 bi na safra 2009/10 – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 24/07/2009 45

BB desembolsa um terço de orçamento para capital de giro de agroindústrias – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 27/07/2009 47

Estiagem ou enchentes: novo prazo para agricultores atingidos – Sítio Eletrônico do MDA - 30/07/2009 48

CMN confirma medidas de apoio ao campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 30/07/2009 49

Incra amplia para R$ 15 mil o crédito Aquisição de Material de Construção – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009 50

Acima das expectativas – Luciana Franco - Revista Globo – Rural – Julho de 2009

Governo federal libera R$ 107,5 bilhões para o plantio da safra 2009/2010. O volume está acima do projetado pelo mercado e das estimativas dos agricultores

Luciana Franco

O governo federal aumentou em 37% os recursos que estarão disponíveis para o setor agropecuário no ano safra 2009/2010. Os volumes serão destinados ao estímulo do crescimento da produção. No total, serão liberados aos produtores brasileiros R$ 107,5 bilhões para a safra que vai de 1o de julho de 2009 a 31 de junho de 2010.

O crescimento das linhas de crédito foi maior para a agricultura comercial de grande escala, que terá R$ 92,5 bilhões, em comparação com os R$ 65 bilhões registrados na safra 2008/2009, com alta de 42,3%. O crédito para a agricultura familiar subiu 15,3%, para R$ 15 bilhões. "A edição do plano safra 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente", informou Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura.

O volume de recursos superou as expectativas do mercado. Analistas e o próprio ministro aguardavam algo em torno de R$ 100 bilhões. O plano foi lançado dia 22, em Londrina, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro Stephanes.

Na avaliação da presidente da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Kátia Abreu, apesar de o volume de recursos ficar abaixo do esperado, o montante poderá atender à demanda dos produtores rurais se forem adotadas medidas que facilitem o acesso ao crédito rural. "Já era esperado que o plano fosse mais conservador. O mais importante agora é que haja garantia de acesso ao crédito", enfatiza Abreu.

Além do foco no agricultor médio, o governo também considerou no plano safra deste ano as preocupações com as questões ambientais, que ameaçam prejudicar o mercado para alguns produtos agropecuários brasileiros. Com isso, o médio produtor terá à disposição R$ 5 bilhões para financiar a lavoura, 72% a mais que o destinado no ciclo anterior.

Na área de conservação, o governo elevou em 50% o crédito para recuperação de áreas degradadas, para R$ 1,5 bilhão.

Em linhas como o Proger - Programa de Geração de Emprego e Renda, o limite de renda de produtores que podem participar dobrou. A partir de agora, agricultores que tenham renda de até R$ 500 mil por ano podem acessar esse tipo de crédito. "O novo Proger Rural foi desenhado com a intenção de dar ao médio produtor condições para crescer mais e reforçar sua contribuição no desenvolvimento da economia do país", disse o secretário de Política Agrícola Edílson Guimarães. Do total de recursos do plano, R$ 54,2 bilhões serão disponibilizados com juros controlados de 6,75% ao ano. Esse crédito cresceu

20,8 %, se comparado aos volumes do ano passado, e poderá ser acessado por um maior número de produtores, já que os limites para participação foram ampliados.

Cultivo sob suspeita – Sérgio de Oliveira - Revista Globo rural – julho de 2009

Governo investiga fraudes e suspende mecanismos que garantem preço mínimo para o milho, travando negócios. Leilões com o grão podem retornar no início deste mês

A safrinha de milho em Mato Grosso, semeada na poeira da colheita da soja, foi considerada de alto risco este ano. A falta de chuvas no início do plantio da soja fez atrasar o calendário tradicional da lavoura e jogou o período mais crítico da cultura do milho - a fase de formação das espigas - para um tardio e duvidoso maio. Mas choveu bem em março e abril, compassadamente em maio e mesmo no início de junho houve alguma precipitação, para alegria dos produtores de milho e desespero dos cotonicultores, que, além das dificuldades de mercado a atormentá-los, nessa época pré-colheita reagem à umidade como o vampiro ao alho.

A colheita de milho já teve início e se intensifica agora em julho, com produtividade de 65 a 70 sacas por hectare. Estima-se que a produção no estado fique entre 6,2 milhões e 6,5 milhões de toneladas. Metade é consumida internamente e metade é exportada por meio de mecanismos como PEP, Prop e Pepro - sopas de letrinhas que significam subvenções do governo federal. Esses instrumentos garantem que o produtor receba, pelo menos, o preço mínimo estipulado para o grão, este ano fixado em R$ 13,20.

Tudo estava se encaminhando para um final feliz quando a Conab anunciou que as sopas de letrinhas não seriam mais servidas até que se esclarecessem suspeitas de irregularidades em vários leilões anteriores das modalidades PEP e Prop. Empresas de fachada, indústrias fantasmas em outros estados e produtores trambiqueiros montaram esquemas para abocanhar o prêmio oferecido pelo governo, nos quais o produto - cerca de 20 mil toneladas, pelo menos - só existiu no papel. Desenhou-se o caos. Sem possibilidade de escoar parte da produção por meio dos leilões da Conab, não há armazém para tanto milho, muito menos para segregar o que é transgênico, cujo volume ainda é pequeno nesta safra, e o que é convencional. Os preços, tradicionalmente baixos, estão abaixo do mínimo estabelecido pelo governo; a procura, pequena; e o horizonte, sombrio.

As lideranças do setor, capitaneadas pela Aprosoja-MT - Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, bateram às portas da Conab em Brasília em busca de solução. Em Mato Grosso, a superintendência da companhia pôs em campo seus técnicos e acionou a polícia federal e o Ministério Público para checar os leilões anteriores, passando um pente-fino nas operações desde a origem - o produtor - até o destino final - a indústria de rações ou empresas de avicultura e suinocultura. "Até a conclusão das investigações, está tudo travado", diz o gerente de operações da Superintendência da Conab-MT, Charles Cordova Nicolau. Ele acredita, porém, que a safadeza serviu para identificar o melhor mecanismo de subvenção, a modalidade Pepro - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural, em que o dinheiro do prêmio é repassado ao produtor, e não aos compradores, como

no PEP - Prêmio para o Escoamento do Produto e no Prop - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda.

As associações de produtores, cooperativas e sindicatos rurais seriam responsáveis por informar se aqueles produtores que participam dos leilões realmente merecem o prêmio. Afinal, quem melhor que os colegas de cerca para saber se alguém está agindo de má fé, prejudicando aqueles que dependem desses mecanismos para comercializar seu produto?

Charles Nicolau acredita que neste início de julho a questão estará resolvida e os leilões voltarão a ocorrer. Os produtores estão ansiosos pelo desfecho: animados com a boa relação de troca da soja e, apesar de sinais de instabilidade cambial, já adquiriram cerca de 80% dos insumos necessários para o próximo plantio.

Novos critérios para classificação de operações de crédito rural – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009

Nesta terça-feira (30/6), o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução 3749, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural objeto de renegociação, contemplando também os contratos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e programas contratados com recursos do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), abrangidos por autorizações de renegociação ou prorrogação específicas dos respectivos conselhos gestores, desde que referidas operações sejam realizadas com risco dos agentes financeiros.

A medida faculta às instituições financeiras a possibilidade de reclassificar, para categorias de menor risco, as operações de crédito renegociadas, desde que o mutuário se mantenha na atividade regular de produção agropecuária. No entanto, não leva em conta, na hora da reclassificação, a existência de outras operações do mesmo mutuário que estejam em níveis de risco mais altos. Isso significa que, um produtor com mais de uma operação no mesmo banco, não terá as outras operações reclassificadas para patamares que dificultam a tomada de novos empréstimos, sendo objeto de análise apenas a nova operação.

Esta nova norma também considera como renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior, ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento previstas no contrato original. Desta forma, a Resolução 3749 revoga a Resolução nº 3.499, de 27 de setembro de 2007, que concedeu tratamento específico no que tange à reclassificação de operações de crédito rural renegociadas ou prorrogadas.

A expectativa é de que sejam beneficiados cerca de 100 mil produtores rurais, de todos os portes, que por motivos de perdas climáticas, problemas no câmbio, queda de preços, ferrugem asiática, entre outros fatores, principalmente nas safras 2003/2004,

2004/2005 e 2005/2006, prorrogaram e/ou renegociaram os seus saldos devedores. Estes produtores poderão procurar o agente financeiro para pleitear a reclassificação para um grau de risco menor e desta forma se candidatar aos recursos do PAP 2009/10.

Por fim, a nova resolução atende parcialmente ao pleito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), feito junto ao presidente do Banco Central, ministro Henrique Meirelles, e aos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Espera-se, ainda, a criação do Fundo Garantidor para o Setor Agropecuário, que assegurará os recursos necessários para o aprovisionamento das operações se o produtor tiver dificuldade em honrar seus compromissos financeiros.

Veja íntegra da Resolução 3749

Assessoria de Comunicação CNA
Telefone: (61) 2109 1411/1419
www.canaldoprodutor.com.br

Novo prazo de renegociação para operações de investimentos do Pronaf – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem (30/6) a definição de novos prazos para a renegociação das operações de investimentos feitas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A medida vale para aqueles operações que ainda não tenham sido renegociadas nas condições estabelecidas pela Lei 11.775/2008, sancionada após um amplo processo de discussão no ano passado. Desta forma, os produtores terão até 30 de outubro para manifestar, junto às instituições financeiras, interesse em aderir ao processo de repactuação dos débitos.

Também ficou definido neste voto que os produtores que aderirem à renegociação terão até 30 de novembro para efetuarem a amortização mínima do saldo devedor, previstas nos artigos 15, 16 e 17 da Lei 11.775, para obterem as vantagens asseguradas para liquidação ou renegociação das dívidas. Os agentes financeiros terão até 20 de dezembro para formalizarem as renegociações.

Café – Em outro voto, o CMN aprovou a redução, de 7,5% para 6,75%, das taxas de juros aplicadas às operações de custeio, colheita, estocagem, Financiamentos para Aquisição de Café (FAC) e das linhas de crédito contratadas para recuperar as lavouras afetadas por granizo. O Conselho também estabeleceu que a liquidação das dívidas em sacas de café, desde que feita até o vencimento, poderão ser integrais ou parciais e deverão levar em conta o saldo devedor calculado com o bônus de adimplência previsto para a taxa de juros.

Subexigibilidades – Também foi definida a destinação de 6% dos recursos dos depósitos à vista (exigibilidades bancárias) para operações sob amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), assegurando recursos da ordem de R$ 2,35 bilhões, que será voltada para pequenos e médios produtores na safra 2009/2010. Este percentual será elevado para 8% no próximo ano e para 10% na safra 2011/2012. Outra medida destinará 12% da exigibilidade para aplicações em operações com produtores rurais ligados a cooperativas, cujo valor contratado não passe R$ 170 mil na safra 2009/2010. Este índice será reduzido para 10% na safra 2010/2011, e para 8% no período 2011/2012.

Assessoria de Comunicação CNA
www.canaldoprodutor.com.br

Governo responde pauta do Grito da Terra Brasil – Sítio Eletrônico da Contag - 01/07/2009

A Casa Civil confirmou à direção da Fetag/RS que nove Secretarias de Estado estarão presentes nesta quarta-feira (1°), na sede da Federação (Rua Santo Antônio, 121), em Porto Alegre, para trazer as respostas da pauta do Grito da Terra Brasil. As reivindicações da agricultura familiar foram entregues à governadora Yeda Crusius, no dia 22 de abril, e contemplam temas nas áreas de habitação, Saúde, meio ambiente, pecuária familiar, troca-troca de sementes, endividamento agrícola, assistência técnica, Educação e Segurança.

O presidente da Fetag/RS, Elton Weber, adianta que o Grito da Terra não se encerra amanhã, mas apenas uma etapa. Logo após a cerimônia, as lideranças do movimento sindical irão avaliar se houve ou não avanços para definir futuras ações. "Nós queremos posicionamentos concretos sobre meio ambiente, sobre o projeto de descontos nas passagens intermunicipais para aposentados, sobre a contratação de servidores por parte da Emater, entre outros".

Fonte: Agência Contag de Notícias com informações da Fetag/RS

CMN contraria expectativa sobre classificação de risco – Valor Econômico – Agronegócios – 01/07/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) frustrou ontem a expectativa dos representantes do setor rural por uma resolução definitiva sobre os critérios de classificação

de risco em operações de crédito rural renegociadas. Na tentativa de esclarecer os bancos, o CMN aprovou uma nova norma sobre o tema, mas o texto apenas "faculta" às instituições financeiras a reclassificação do risco de crédito, para um nível menor, de contratos rurais renegociados ou prorrogados.

O CMN informou que a nova norma "reforça" o entendimento do Banco Central sobre uma resolução anterior (nº 3.499/2007) que concedia "tratamento específico" a esse tipo de reclassificação automática. A medida era aguardada como solução para ampliar o acesso de produtores endividados ao crédito anunciado pelo governo para a próxima safra, que começa oficialmente hoje.

"Ajuda algumas produtores, mas não resolve os problemas do setor", argumenta o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). O CMN esclareceu que a medida seria estendida às operações com risco bancário e recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os ruralistas também esperavam a criação de um fundo garantidor de crédito agropecuário para garantir aval a produtores sem limites de crédito bancário ou sem condições de oferecer garantias reais (terras e máquinas) a novos empréstimos. Mas o CMN não avaliou o novo fundo.

A reunião ordinária do CMN também reduziu a taxa de juros, de 7,5% para 6,75% ao ano, para operações do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para custeio, colheita, estocagem, aquisição de café e recuperação de lavouras atingidas por granizo. O CMN também decidiu autorizar a liquidação de dívidas de cafeicultores em produto, parcial ou integralmente. Para isso, serão considerados os saldos devedores calculados com bônus de adimplência sobre a taxa de juros. As despesas com indenização da sacaria e classificação do café serão pagas pelo Funcafé.

O CMN também aprovou prazos adicionais para a renegociação das operações de investimento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Os produtores terão até o dia 30 de outubro deste ano para formalizar interesse, e os bancos podem comunicar a adesão até 20 de dezembro. (MZ).

Banco do Brasil destinará R$ 39,5 bilhões para safra 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 02/07/2009

O Banco do Brasil informa que destinará R$ 39,5 bilhões para operações de crédito rural na safra 2009/10, volume 30% superior ao da safra anterior.

Desse total R$ 9,4 bilhões vão financiar a agricultura familiar e R$ 30,1 bilhões atenderão aos demais produtores e cooperativas. Do total emprestado em 2008/09, foram destinados R$ 7,5 bilhões para agricultura familiar e R$ 23 bilhões para os demais produtores, somando R$ 30,5 bilhões. Esses recursos corresponderam a um aumento de 30% sobre o ciclo anterior.

* Notícia da Agencia Estado - em 02/07/2009 - às 16h30.

Para Cargill, adubo em baixa e volta do crédito favorecem próxima safra – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios – 02/07/2009

Preços de insumos "mais acessíveis" e melhora na oferta de crédito fazem o presidente da Cargill no Brasil, Marcelo Martins "olhar com otimismo" a próxima safra de grãos do país, que começa a ser plantada em setembro.

"Vejo a queda de preços dos fertilizantes como positiva pois é importante assegurar a rentabilidade dos produtores (...) Acreditamos que a questão de crédito, que em algum momento se somou aos custos com fertilizantes, vai se corrigindo aos poucos", disse na terça-feira, quando participou do Fórum Responsabilidade Produtiva na Cadeia Alimentícia, em São Paulo.

Ele observou ainda que o cenário positivo na safra de grãos 2009/10 dependerá do clima. No ciclo atual, a seca no Sul e as chuvas no Nordeste fizeram a produção de grãos cair para 134 milhões de toneladas, um recuo de 7% na produtividade. No caso da soja, a queda foi de 4,8%, para 57,13 milhões de toneladas.

Martins disse ainda que a crise financeira internacional afetou pouco os negócios da Cargill. Uma das razões é a menor elasticidade no setor de alimentos, onde a empresa atua. Além disso, segundo o executivo, problemas climáticos na Argentina, que reduziram a safra de grãos, e a volta da demanda da China também tiveram efeito positivo para o Brasil. "O nosso faturamento varia bastante com os preços de commodities e o câmbio. Mas em termos de volume e performance de maneira geral, a empresa não está sofrendo uma queda", afirmou o executivo.

Investimentos que já haviam sido aprovados pela matriz americana no Brasil também foram mantidos, de acordo com Marcelo Martins. "Alguns dos novos [investimentos] estão passando por um crivo rigoroso", acrescentou.

A empresa, que teve receita líquida de R$ 16 bilhões no Brasil no último ano fiscal, concluiu investimento em processadora de soja em Primavera do Leste (MT) este ano e tem outros dois em andamento: ampliação da fábrica de processamento de milho em Uberlândia (MG) e da usina de açúcar e álcool Cevasa, em Patrocínio Paulista (SP).**(Com Reuters)**

Comissão apresenta projetos e pede rolagem de dívidas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 02/07/2009

A Comissão Especial da Câmara criada para avaliar os impactos da crise financeira global na agropecuária apresentará seis projetos de lei e três propostas de emenda constitucional (PEC) para ajustar as contas com adversários históricos e atender à demandas de curto prazo dos produtores rurais. As propostas devem tramitar em regime de urgência constitucional, o que acelera as votações no Congresso.

O relatório final da comissão, que será apresentado na próxima semana, propõe modificar a Constituição para submeter ao controle do Congresso Nacional a criação de novas áreas de proteção ambiental, demarcação de terras indígenas e reconhecimento de áreas de comunidades quilombolas no país. "Temos que garantir ao Congresso, de forma urgente, o poder de legislar sobre esses assuntos. Só haverá novas homologações se passar por aqui", diz o relator, deputado Abelardo Lupion (DEM-PR).

O relatório final também aponta a necessidade de permitir a renegociação da parcela das dívidas de custeio e investimento com vencimento em 2009 para todos os produtores prejudicados pela estiagem no Centro-Sul e as enchentes na região Nordeste. Hoje, o benefício está restrito aos produtores de municípios com situação de emergência ou calamidade homologada pelos governos estaduais ou pelo governo federal. "Precisamos de uma decisão mais imediata e abrangente sobre isso porque muita gente ficou de fora", afirma Lupion.

As proposições da Comissão Especial incluem, ainda, o fim do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) cobrado nas importações de fertilizantes. A medida contraria a indústria naval e o Ministério dos Transportes. O relatório final também prevê a modificação na Lei de Falências.

Os deputados querem garantir a exclusão da lei dos produtos vendidos a empresas 30 dias antes da decretação de recuperação judicial. "Isso é para evitar golpes da indústria da recuperação judicial montada no país", afirma Lupion. A medida atende aos pecuaristas. Muitos deles ficaram credores de frigoríficos em recuperação judicial e não receberam pelos bois entregues em períodos recentes.

O relatório final também permite aos bancos privados operar com recursos da chamada "poupança rural", cujas taxas de juros são equalizadas pelo Tesouro Nacional. Maior operador desses recursos, o Banco do Brasil tem combatido a alteração de todas as formas. "Hoje, estamos restritos a poucos bancos", diz Lupion.

A Comissão Especial também propõe obrigar a que 40% da merenda escolar seja composta por leite fluido, e não mais leite em pó. A medida busca incentivar a economia dos municípios, mas contraria interesses das indústrias de laticínios. "Se o produtor puder vender diretamente à prefeitura, resolvemos os problemas de demanda e geração de impostos nos municípios", avalia Abelardo Lupion. Os deputados também querem acabar com a incidência de PIS-Cofins sobre as vendas de ração animal e sal mineral à pecuária.

Outra medida proposta pelo relatório da comissão é a "blindagem" do orçamento do Ministério da Agricultura, assim como ocorre atualmente com as dotações anuais da Embrapa. O objetivo é incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um "seguro anticontingenciamento" para a Agricultura. O relator entende que esse "salvo conduto" orçamentário depende também de entendimentos políticos, mas aposta no apoio da bancada ruralista e dos líderes partidários. "Vamos fazer esses projetos tramitarem em regime de urgência constitucional para avançar nas alterações", diz Lupion.

BB terá R$ 39,5 bi para a safra – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009

O Banco do Brasil anunciou ontem que vai destinar R$ 39,5 bilhões para as operações de crédito rural na safra 2009/2010, que oficialmente começou anteontem. O volume é 30% maior do que o do ano passado e representa uma importante fatia dentro dos R$ 107,5 bilhões reservados pelo governo para esse fim. Dos R$ 39,5 bilhões do banco, R$ 9,4 bilhões vão financiar a agricultura familiar e R$ 30,1 bilhões os demais produtores e cooperativas. Os recursos, de acordo com o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlo Vaz, já estão disponíveis no banco.

O banco também anunciou ontem novos produtos financeiros para a área rural. O produtor de milho e soja, de médio porte, que quiser entrar no mercado futuro de opções para evitar prejuízos com a baixa dos preços, por exemplo, terá uma oportunidade mais simplificada a partir de agora, segundo Vaz. Para obter a proteção de preço com referência na Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F), operação tecnicamente conhecida como hedge, o interessado pagará para o banco uma taxa de 2% a 3,5% do valor total a ser custeado. A instituição ficará a cargo de toda a operação, que vale para o agricultor que tem como renda bruta anual a quantia de até R$ 500 mil.

Segundo Vaz, como a expectativa é a de que haja um grande número de interessados - o BB já reservou R$ 1,5 bilhão para as operações iniciais -, o custo tende a ser mais baixo para o produtor do que se ele resolver fazer a operação por conta própria, diretamente na Bolsa.

Na operação de hedge, o agricultor adquire um contrato de opção de venda do seu produto, na Bolsa, por um determinado preço. Ou seja, ele assegura o direito de receber um valor previamente acertado pela colheita. No dia do vencimento, se o preço do mercado estiver abaixo do valor segurado, ele poderá usar a opção e receber o valor combinado.

Caso o preço do mercado esteja acima do contratado, a tendência é a de que o produtor não exerça a opção, comercializando normalmente a produção. Os vencimentos para esses contratos começam em junho e julho do próximo ano.

A operação será positiva para todas as partes envolvidas, de acordo com Vaz. Enquanto o produtor deve sofrer menos com as bruscas oscilações de preços, o Banco do Brasil evita solicitar recursos do Tesouro Nacional para cobrir eventual falta de pagamento por parte do agricultor que sofreu com a volatilidade de preços e não tem como honrar suas dívidas.

Por enquanto, a operação está disponível apenas para milho e soja, que representam aproximadamente 85% da safra total de grãos do País. Mas, segundo o diretor do banco, toda commodity agrícola tem potencial para ser incluída nas operações de hedge a partir da

safra 2010/11, depois que o banco tiver um levantamento das operações realizadas inicialmente com milho e soja.

Seguro Rural: subvenção quadruplica na primeira metade de 2009 – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009

O primeiro semestre de 2009 se encerra com um crescimento de 421% do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em relação ao mesmo período de 2008. Até 30 de junho deste ano, foram comprometidos R$ 58 milhões, o que representa mais de quatro vezes o montante aplicado até a mesma data do ano passado: R$ 14 milhões.

O PSR consiste no pagamento de parte do prêmio do seguro rural pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para o agricultor. Ao contratar o seguro rural, o produtor paga somente parte do prêmio e o Mapa cobre a diferença. O limite subvencionável por produtor rural em cada ano é de R$ 96 mil na modalidade agrícola e de R$ 32 mil para cada uma das outras modalidades: pecuária, florestas e aquícola.

No primeiro semestre de 2009, foram beneficiadas pelo programa 9,7 mil apólices contra 3,5 mil em igual período de 2008. Os principais produtos contemplados com a subvenção nesse período foram: o milho safrinha, o trigo, o tomate e a uva. Produtores do Paraná, de Mato Grosso do Sul, de São Paulo e de Goiás foram os que mais recorreram ao PSR para proteger suas lavouras de riscos climáticos cobertos pelo seguro.

"Estamos na metade do quarto ano do programa e percebemos que o PSR apresenta resultados cada vez mais positivos", avalia o diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural (Deger) Welington Soares de Almeida. Ele explica que, no ano passado, os recursos do programa foram suficientes para atender o total da demanda das seguradoras, o que não ocorreu em 2009, quando foram disponibilizados R$ 182 milhões contra uma demanda de R$ 272 milhões. "O governo federal está solicitando ao Congresso Nacional crédito adicional de R$ 90 milhões, para complementar os recursos do programa", explica. Os R$ 272 milhões demandados possibilitarão o atendimento a 90 mil produtores e cobertura de 8,1 milhões de hectares, quase o dobro do verificado no ano passado.

Em 2008 foram cobertos capitais da ordem de R$ 7,2 bilhões e o PSR proporcionou cobertura para uma área de 4,8 milhões de hectares, correspondente a 8% da área total de agricultura brasileira. Anteriormente ao programa, até o ano de 2005, a área coberta por seguro rural no Brasil ficava em torno de 400 mil hectares.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - 1º SEMESTRE DE 2009	
PRINCIPAIS PRODUTOS	Recursos comprometidos
	TOTAL: 57.985.375
Milho - 2ª safra	28.976.805
Trigo	23.003.499
Tomate	1.609.009
Uva	779.356
Demais produtos	3.616.706

PRINCIPAIS ESTADOS	Recursos comprometidos
	TOTAL: 57.985.375
Paraná	32.967.066
Mato Grosso do Sul	8.211.620
São Paulo	7.223.967
Goiás	3.408.193
Demais	6.174.529

PERCENTAGENS DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO PARA O EXERCÍCIO DE 2009

Modalidade de Seguro	Cultura	Percentual de Subvenção
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	70
	Ameixa, aveia, canola, caqui, cevada, centeio, figo, kiwi, linho, maçã, nectarina, pera, pêssego, sorgo, triticale e uva.	60
	Algodão, arroz, milho e soja.	50
	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, amendoim, atemóia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cherimóia, chuchu, couve-flor, ervilha, escarola (chicória), fava, girassol, goiaba, graviola, jiló, laranja, lichia, lima, limão e demais citrus, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pimenta, pimentão, pinha, quiabo, repolho, sisal, tangerina, tomate, vagem, demais hortaliças e legumes.	40
Pecuário		30
Florestal		30
Aquícola		30

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A crise e o Plano de Safra – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/07/2009

DUAS OBVIEDADES são repetidas todos os dias em comentários sobre a crise financeira global: a primeira é que diferentes setores foram afetados diferentemente, e, em cada setor, as empresas foram também atingidas de maneira diversa; a segunda é que ninguém sabe quando ela vai acabar. Pode-se acrescentar que ninguém sabe como ficarão os limites das atividades financeiras no mundo, depois que a crise tiver terminado. Apesar disso, são cada vez mais frequentes as opiniões de que o pior já passou, embora não sejam raros os mais pessimistas.

Também parece certo que os países emergentes -entre os quais o Brasil, com um moderno e sólido sistema financeiro- sofrerão menos do que os países desenvolvidos. No nosso caso, há uma ironia: as altas taxas de juros viraram um benefício, porque podem ser reduzidas, ajudando a retomada dos investimentos, enquanto os países com juros civilizados pouco podem fazer nessa rubrica... E o agronegócio, duramente atingido, vai procurando seus caminhos de saída.

Nos primeiros cinco meses deste ano, os preços agrícolas, em dólar, despencaram em relação ao mesmo período do ano passado. A soja, nosso principal produto de exportação, caiu 13%; as carnes perderam 17,9% do valor; os produtos florestais baixaram 23%; o café caiu 19,4%; os sucos de frutas perderam 12,6%; o milho, 23,9%; o etanol, 9,7%, e assim por diante.

A exceção foi o açúcar, que teve aumento de 12%, em dólar, graças à queda de produção na Índia, que de exportador passa a importador. Mas é um doce muito fugaz, porque já no ano que vem aquele país exportará de novo.

Com tudo isso, mais o estreitamento dos mercados externos e mais a redução da oferta de crédito para exportação, o agronegócio ficou mais dependente do mercado interno, que, felizmente, sofreu menos até agora.

Mesmo assim, a participação do agronegócio nas exportações brasileiras nos primeiros cinco meses aumentou de 37,5% para 43,4%. Isso mostra que o setor vem aguentando mais a crise do que os outros setores da economia. Explica-se: as exportações de soja, graças à demanda chinesa, aumentaram 20% em volume no período, e as de açúcar cresceram 41%. Milho e algodão, em menor proporção, também ajudaram nesse crescimento.

Mas a crise continua: os setores sucroalcooleiro, de frigoríficos de bovinos, de sucos e de café vêm sofrendo bastante. Os plantadores de cana, de café, de laranja e os pecuaristas estão muito descapitalizados, e com preços abaixo dos custos. Haverá nessas áreas, ainda, muitas perdas e uma provável concentração no setor industrial.

O governo lançou, no dia 22 de junho passado, o Plano de Safra, com pontos positivos. A oferta de crédito teve crescimento de 37,8%, significativo diante da crise financeira global. A classe média rural foi atendida com aumento ainda maior do que o total, com 42,5%. A preocupação com a sustentabilidade foi evidenciada com o aumento de 50% para programas como a integração lavoura-pecuária, os cuidados com o solo e a adequação às leis ambientais. O cooperativismo foi bem tratado, com R$ 4 bilhões de crédito, ante R$ 1 bilhão no ano passado.

Se esse dinheiro chegar ao campo, como se espera, poderemos ter no próximo ano uma boa

safra. E, se a crise entre os emergentes diminuir, teremos novos e maiores mercados. Mas os setores mais apertados ainda precisam de apoio forte, como já foi dado à indústria automotiva e à de construção civil.

ROBERTO RODRIGUES, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Novas medidas para a Safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2009

O Banco do Brasil vai destinar cerca de R$ 39,5 bilhões para operações de crédito rural na safra 2009/2010, volume 30% superior comparado à safra anterior.

Dentre as principais medidas que influenciarão positivamente a próxima safra, a equipe do Banco do Brasil destaca:

a) incremento significativo de recursos para o financiamento da safra na agricultura empresarial e familiar.
b) aumento da renda bruta anual considerada para enquadramento no Pronaf, que passa de R$ 5 mil para R$ 6 mil, mantendo-se o limite de R$ 110 mil;
c) elevação da renda bruta anual, considerada para enquadramento no Proger Rural, de R$ 250 mil para R$ 500 mil, eliminando o limite de módulos rurais;
d) redução de taxa de juros do Funcafé (custeio, colheita, estocagem e FAC) de 7,50% para 6,75%;
e) alteração nas linhas de BNDES, com inclusão de novas atividades e itens financiáveis;
f) criação de linha de crédito de apoio às cooperativas de produção, para financiamento de integralização de cotas-partes e capital de giro (Procap – Agro);
g) extensão do Pronaf Mais Alimentos para a safra 2009/2010.
h) aumento do limite de crédito das operações de investimento com recursos obrigatórios de R$ 130.000,00 para R$ 200.000,00 por beneficiário/ano safra;
i) elevação dos limites de financiamento do Proger Rural:
- custeio: de R$ 150.000,00 para R$ 250.000,00;
- investimento: de R$ 150.000,00 para R$ 200.000,00;
j) elevação do limite de operações de custeio do Pronaf por safra de R$ 30.000,00 para R$ 40.000,00;
k) alteração de tetos de recursos controlados de custeio, comercialização, investimento e EGF.

* Informações da Revista Cafeicultura em 05/07/2009.

G-8 se comprometerá com US$ 15 bi para agricultura, diz representante – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2009

Os países que integram o G-8 (grupo dos sete países mais industrializados e a Rússia) vão se comprometer em conceder, na próxima reunião do grupo, cerca de US$ 15 bilhões, durante os próximos três anos, para o **desenvolvimento agrícola**. O encontro do G-8 vai ocorrer entre os dias 8 e 10 de julho, na Itália.

A informação foi dada por um representante do grupo, o qual acrescentou que os Estados Unidos e o Japão darão até 45% do financiamento para o chamado plano de "segurança alimentar", que financiará investimentos globais na produção agrícola.

Os líderes do G-8 também vão discutir como desfazer os pacotes emergenciais de estímulo, já que crescem os sinais de que a crise econômica global possa ter atingido seu pior momento. Nenhuma ação concreta sobre estratégias de saída, no entanto, deverá ser tomada.

As informações são Dow Jones - Agencia Estado - em 06/07/2009 - às 15h15.

http://www.canaldoprodutor.com.br/noticias

Finame 'disputa' financiamento de máquinas com o Moderfrota – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 07/07/2009

Mudanças nas linhas de financiamento do BNDES voltadas ao agronegócio podem interromper, ainda que por tempo limitado, a tomada de crédito para a compra de máquinas agrícolas. Uma "disputa" entre as linhas Moderfrota e Finame tende a fazer com que os produtores posterguem a tomada do financiamento para a aquisição do maquinário, segundo representantes da indústria.

Na semana passada, o governo anunciou um pacote de barateamento de linhas para a compra de máquinas e equipamentos. O Finame agrícola, que tinha juros de até 12,5% ao ano, teve esse custo reduzido para 4,5% anuais. Como a linha ainda depende de portaria do BNDES para ficar disponível aos tomadores, e como os custos do Moderfrota, programa criado em 2000 para financiar a compra de máquinas agrícolas, ficaram superiores aos do "concorrente", a tendência é de que a tomada de crédito estanque.

"A redução dos juros do Finame agrícola foi ótima para o setor, mas o Moderfrota deverá ficar no limbo por um tempo", diz Milton Rego, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) para o segmento de

máquinas agrícolas. "Uma linha tende a substituir a outra. O que deve ocorrer é o Moderfrota ser deixado de lado até dezembro". O BNDES informa que a portaria necessária para tornar disponíveis os produtos está em fase final de confecção. A previsão é de que seja concluída ainda nesta semana.

Lançado em março de 2000, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) foi um dos responsáveis pelo salto de mais de 30% nas vendas de máquinas no mercado interno apenas dois anos depois. Seus juros atuais são de 9,5% anuais ou de 7,5% no caso do Moderfrota Proger, voltado a agricultores de porte pequeno ou médio.

Para o plano safra 2009/10, estão previstos R$ 3 bilhões nas duas versões do Moderfrota, a mesma quantia para a temporada 2008/09. A diferença entre uma safra e outra foi a divisão do bolo. Na safra passada, foram R$ 2,5 bilhões para o Moderfrota e R$ 500 milhões para o Moderfrota Proger; no ciclo 2009/10, serão R$ 2 bilhões para o primeiro e R$ 1 bilhão para o segundo.

Dinheiro até há, argumenta Milton Rego, da Anfavea, mas continua o problema do acesso a esses recursos. "O produtor endividado não consegue novos financiamentos nos bancos", diz. Até maio, haviam sido desembolsados 61,4% do total previsto para o Moderfrota para o ano-safra que terminou em junho. No Moderfrota Proger, o desempenho foi um pouco melhor: desembolso de 84,1% até maio.

O primeiro semestre foi de quedas indiscriminadas em quase todos os quesitos da indústria de máquinas agrícolas. A perspectiva de que a "disputa" entre linhas de financiamento ocorra, ainda que por tempo limitado, também não contribui para um otimismo generalizado, mas há sinais, ainda que tênues, para que se consiga vislumbrar dias um pouco menos nebulosos para o segmento.

Os preços das commodities agrícolas, por exemplo, permanecem em patamares elevados, mesmo que não mais naqueles registrados até a primeira metade de 2008. A diferença entre o ano passado e este é que, agora, os preços altos têm sido praticados sob um cenário de custos de produção mais reduzidos.

"A renda do agricultor está um pouco melhor. E a safra está com perspectiva boa de clima", afirma Flávio Crosa, diretor de marketing e vendas da Agrale. "Estamos apostando na direção de que as vendas de tratores devem crescer um pouco mais".

Programas de financiamento subsidiado para a compra de tratores lançados, separadamente, pelos governos federal, paranaense e paulista, fizeram com que a queda do desempenho da indústria não fosse ainda mais forte. A Agrale busca redirecionar sua atuação nos programas governamentais. "Primeiro nos posicionamos para vender tratores com potência de até 30 cavalos, mas a demanda foi por máquinas de potência um pouco maior" disse.

Também há perspectivas melhores nos negócios com a Argentina, principal importadora de máquinas agrícolas fabricadas no Brasil. "A Argentina teve uma seca que, lá, se tem dito que foi de proporções bíblicas. Isso não deve se repetir na nova safra, o que deve ajudar as vendas do mercado", diz Rasso Von Reininghaus, vice-presidente de marketing e vendas da AGCO para a América Latina.

"O ano tem sido atípico. Foi fraco no primeiro trimestre, mas houve crescimento no segundo. Existe possibilidade de melhora no segundo semestre. O último trimestre de 2008

já havia sido muito ruim. Isso vai pesar na comparação", diz Sérgio Ferreira, diretor geral da Case no Brasil.

Faturamento do setor foi recorde no ano passado – Patrick Cruz – Valor econômico – agronegócios – 07/07/2009

A indústria brasileira de máquinas agrícolas lamenta o fato de que não serão repetidos neste ano os volumes estupendos de 2008, quando o setor teve seu melhor ano na história. Não apenas os volumes foram os mais elevados, mas também a receita.

De acordo com o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, distribuído ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o faturamento líquido do setor foi de US$ 7,926 bilhões em 2008. Com isso, foram superados os US$ 7,754 bilhões de 2004, em valores corrigidos. Em volume, as 85 mil máquinas produzidas em 2008 bateram um recorde que se mantinha desde 1976, quando foram fabricadas 82,6 mil unidades.

Outro dos recordes da indústria em 2008 foi o dos investimentos, que somaram US$ 284 milhões, de acordo com dados preliminares apresentados pelo anuário. Até então, o montante mais elevado havia sido registrado em 1990, com desembolsos de US$ 205 milhões.

As demissões no setor, iniciadas no último trimestre do ano passado e mantidas nos primeiros meses de 2009, não impediram que a indústria encerrasse o exercício com 16,9 mil postos de trabalho, o maior número desde 1990, quando havia 20,9 mil trabalhadores. O recorde histórico permanece o de 1986, ano que a indústria encerrou com 28,4 mil empregados.

Ontem, a Anfavea elevou as previsões de desempenho para o mercado de veículos em 2009, mas não fez o mesmo para máquinas agrícolas. As projeções são as mesmas de abril: vendas no mercado interno de 47 mil unidades e produção de 65 mil, que representarão baixas de 13,8% e 23,5%, respectivamente. **(PC)**

Seguro para a Agricultura – Antonio Mendonça – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2009

Um dos principais diferenciais a favor do agricultor norte-americano é o seguro. Altamente sofisticadas, as apólices a sua disposição lhe dão a garantia necessária para correr riscos, sabendo que está protegido em caso de um evento inesperado comprometer seu patrimônio ou sua capacidade de atuação.

Boa parte dos subsídios dados pelo governo aos agricultores norte-americanos é feita através das apólices colocadas a sua disposição. Por meio delas, é possível ao governo controlar inclusive o tamanho das safras, já que, dependendo do preço e quantidade de um determinado produto no mercado, o seguro pode pagar ao agricultor aquilo que seria sua receita líquida, com a condição dele não plantar.

É um quadro que ainda está bastante distante da nossa realidade, mas é um indicador importante para o governo brasileiro tomar providências mais efetivas, na direção de aumentar a proteção do nosso produtor rural, facilitando seu acesso a apólices mais modernas e mais abrangentes que as atuais.

Ao longo dos últimos anos o governo federal, copiando o que há tempos já era feito pelo governo do Estado de São Paulo, passou a subsidiar parte do preço dos seguros agrícolas para os pequenos produtores rurais, em todo território nacional.

Safra a safra os valores alocados para esse custeio têm subido rapidamente, devendo atingir em 2009 a significativa soma de R$ 273 milhões, para um premio total da ordem de R$ 562,5 milhões. Se verificarmos que em 2007 o subsídio foi da ordem de R$ 60,2 milhões, para um prêmio total de R$ 128 milhões, fica claro que a ação do governo tem tido peso na expansão do seguro agrícola, e, mais importante, na proteção do agricultor.

Mudando de indicador, as projeções para este ano apontam que mais ou menos 90 mil produtores rurais serão beneficiados pelo programa, o que é um grande salto, se comparado aos 28 mil segurados de 2007.

Mas o que o País oferece em termos de seguro para seus agricultores é insuficiente para que eles tenham a tranquilidade necessária para investir em seu negócio, tendo a certeza de que estarão protegidos, caso um evento inesperado afete sua safra.

O seguro à disposição do agricultor nacional oferece cobertura contra danos decorrentes de fenômenos de origem climática. Quer dizer, nosso produtor rural encontra proteção contra geadas, secas, chuvas fores, vendavais, tornados, etc., mas não encontra proteção contra pragas ou eventos com outras origens, capazes de destruir suas lavouras.

É verdade que temos avançado rapidamente, e que o quadro atual é muito melhor do que o de poucos anos atrás, quando apenas os agricultores paulistas tinham algum tipo de incentivo ou subsídio para contratarem seguros para suas lavouras.

Mais que isto, é preciso dizer que hoje existe uma gama maior de tipos de cobertura à disposição do setor. Mas, se comparadas com as garantias à disposição dos agricultores europeus e norte-americanos, o que o Brasil oferece ainda é muito pouco e limita a produtividade do campo, já que sem esta proteção o empresário rural foca desamparado na hora de fazer novos investimentos em sua lavoura.

Com pouca proteção de seguro, a exposição aos riscos que ameaçam a agricultura é uma inibidora natural dos investimentos no setor. A maioria dos riscos que ameaçam o agrobusiness não é passível de controle, nem depende da vontade do ser humano.

Como exemplo, basta citar as secas prolongadas que têm afetado o Rio Grande do Sul e as chuvas torrenciais que têm cobrado seu preço dos agricultores de determinadas regiões nordestinas. O mais dramático é que a maioria deles, tanto numa região, como na outra, não tinham, nem têm, sequer os seguros oferecidos pelo mercado.

Com a consolidação da abertura do mercado de resseguros é de se esperar um avanço mais rápido no desenvolvimento deste tipo de garantias. Isto quer dizer que o agricultor brasileiro ficará ainda mais competitivo. Com ganhos para todos.

Garantia de Preços: 15 produtos contam com bônus este mês – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2009

Agricultores familiares que cultivam algodão, amendoim, arroz, borracha, cará/inhame, castanha de cajú, castanha-do-brasil, cebola, feijão, leite, mamona, milho, sisal, sorgo e trigo contam, este mês, com o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos destas 15 culturas.

A portaria do PGPAF foi publicada nesta sexta-feira (10), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de junho de 2009 e têm validade para o período de 10 de julho a 9 de agosto de 2009.

O feijão terá bônus em 15 estados, entre eles, o Piauí, que dará bônus de 39,12% para o produto. A segunda cultura com maior número de estados (dez) que terão o desconto no PGPAF é a borracha natural. Para este produto, os agricultores baianos, por exemplo, contam com bônus de garantia de 34,64%.

A castanha-do-brasil é o produto com o maior bônus (60,70 %) no Amapá, onde o preço de mercado ficou em R$ 20,63 e o preço de garantia cotou em R$ 52,49 (diferença de R$ 31,86).

Atualmente, 29 culturas estão incluídas no programa: algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Programa

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos de custeio e/ou investimento, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R$ 3,5 mil anuais por beneficiário do crédito rural, no período de 01de janeiro a 31 de dezembro de 2009, independente do número de operações de crédito.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Garantia de Preços: 15 produtos contam com bônus este mês – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2009

Agricultores familiares que cultivam algodão, amendoim, arroz, borracha, cará/inhame, castanha de cajú, castanha-do-brasil, cebola, feijão, leite, mamona, milho, sisal, sorgo e trigo contam, este mês, com o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos destas 15 culturas.

A portaria do PGPAF foi publicada nesta sexta-feira (10), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de junho de 2009 e têm validade para o período de 10 de julho a 9 de agosto de 2009.

O feijão terá bônus em 15 estados, entre eles, o Piauí, que dará bônus de 39,12% para o produto. A segunda cultura com maior número de estados (dez) que terão o desconto no PGPAF é a borracha natural. Para este produto, os agricultores baianos, por exemplo, contam com bônus de garantia de 34,64%.

A castanha-do-brasil é o produto com o maior bônus (60,70 %) no Amapá, onde o preço de mercado ficou em R$ 20,63 e o preço de garantia cotou em R$ 52,49 (diferença de R$

31,86).

Atualmente, 29 culturas estão incluídas no programa: algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Programa

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos de custeio e/ou investimento, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R$ 3,5 mil anuais por beneficiário do crédito rural, no período de 01de janeiro a 31 de dezembro de 2009, independente do número de operações de crédito.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento

Pronaf: agricultores familiares ganham novo prazo para renegociação – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que estão inadimplentes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm até 30 de outubro para ir aos bancos e aderir à renegociação das dívidas. A medida vale para os agricultores que estavam inadimplentes até 30 de abril de 2008. O novo prazo foi concedido na última semana pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os interessados em pagar toda a dívida com desconto ou renegociar têm até 30 de novembro. Caso o agricultor opte pela renegociação, terá que pagar 1% do valor total da dívida até este prazo.

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, orienta que o agricultor precisa ir a agência onde tem o financiamento e assinar o pedido de renegociação ou liquidação. "O banco deve fornecer uma cópia do pedido ao agricultor, pois esta é a prova de que fez o pedido dentro do prazo", avisa.

Com a renegociação da dívida, mesmo que o financiamento já tenha vencido, será permitida a prorrogação da dívida sem a cobrança de juros pelo período em atraso, ou seja, serão cobrados apenas os juros normais do financiamento.

O mesmo prazo (30 de outubro) também foi concedido aos agricultores que têm dívidas coletivas para que possam individualizar suas operações. Isso vale para as operações dos grupos A, A/C e B do Pronaf contratadas até 30 de junho de 2006.

Exemplos

Um agricultor que possui uma dívida de investimento em atraso no valor total de R$ 10 mil e procurou o banco para fazer a renegociação até o prazo (30 de outubro) deverá pagar pelo menos R$ 100 para que possa prorrogar o restante da dívida em até quatro anos. Assim, poderá garantir benefícios como a retirada dos juros que deveriam ser cobrados pelo atraso no pagamento.

Aqueles agricultores que liquidarem totalmente a dívida poderão receber o bônus de adimplência, como por exemplo, no grupo C do Pronaf que tem um bônus de R$ 700 para o pagamento total e em dia do financiamento.

Já no caso de um financiamento de microcrédito rural (grupo B), há um bônus de adimplência de 25% para liquidação integral da dívida.

Governo garante R$ 15 bilhões para agricultura familiar – Sítio eletrônico do MDA - 16/07/2009

Os ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) entregaram, na última quarta-feira (15), à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) a resposta às revindicações da 5ª Jornada Nacional de Lutas. O Governo reafirmou que o próximo Plano Safra terá 15 bilhões de reais. O aumento do volume de crédito para custear a produção dos agricultores familiares era uma das principais demandas do movimento.

Cassel destacou que a mobilização da Fetraf e de outros movimentos ligados à terra ajudam a refinar as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal. "Neste ano, além de aumentar o volume de recursos, estamos também ampliando o sistema de seguro que passará a cobrir os contratos de investimento. Antes apenas as operações de custeio tinham cobertura", explicou o ministro.

Outro destaque feito por Cassel foi a sanção da Lei 11.947. A nova lei garante que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar devem ser utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar. A medida ampliará a capacidade de comercialização dos produtores rurais familiares.

A presidente da Fetraf, Elisângela Santos Araújo, fez uma avaliação positiva do processo de negociação entre a entidade e o Governo Federal. "O aumento de recursos para o Plano Safra e as diversas linhas do Programa , como o Pronaf Mulher, por exemplo, tem um significado muito especial para nós", ressaltou a dirigente. "No entanto, ainda é preciso enfrentar alguns desafios como a aceleração da reforma agrária e a questão da moradia rural", afirmou.

Também participaram da reunião o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e os secretários do MDA, Adoniran Sanches (Agricultura Familiar), Humberto Oliveira (Desenvolvimento Territorial) e Adhemar Lopes de Almeida (Reordenamento Agrário).

Governo garante R$ 15 bilhões para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 16/07/2009

Os ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) entregaram, na última quarta-feira (15), à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) a resposta às revindicações da 5ª Jornada Nacional de Lutas. O Governo reafirmou que o próximo Plano Safra terá 15 bilhões de reais. O aumento do volume de crédito para custear a produção dos agricultores familiares era uma das principais demandas do movimento.

Cassel destacou que a mobilização da Fetraf e de outros movimentos ligados à terra ajudam a refinar as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal. "Neste ano, além de aumentar o volume de recursos, estamos também ampliando o sistema de seguro que passará a cobrir os contratos de investimento. Antes apenas as operações de custeio tinham cobertura", explicou o ministro.

Outro destaque feito por Cassel foi a sanção da Lei 11.947. A nova lei garante que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar devem ser utilizados para a compra de produtos da agricultura familiar. A medida ampliará a capacidade de comercialização dos produtores rurais familiares.

A presidente da Fetraf, Elisângela Santos Araújo, fez uma avaliação positiva do processo

de negociação entre a entidade e o Governo Federal. “O aumento de recursos para o Plano Safra e as diversas linhas do Programa , como o Pronaf Mulher, por exemplo, tem um significado muito especial para nós”, ressaltou a dirigente. “No entanto, ainda é preciso enfrentar alguns desafios como a aceleração da reforma agrária e a questão da moradia rural”, afirmou.

Também participaram da reunião o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e os secretários do MDA, Adoniran Sanches (Agricultura Familiar), Humberto Oliveira (Desenvolvimento Territorial) e Adhemar Lopes de Almeida (Reordenamento Agrário).

Crédito rural: 99,9% dos recursos disponíveis – Sítio eletrônico da CNA – 17/07/2009

Dos R$ 65 bilhões programados para o crédito rural da agricultura comercial na safra 2008/2009 foram aplicados R$ 64,9 bilhões, o que corresponde a 99,9% do total. “Lembremos que esse desempenho foi alcançado em plena crise financeira mundial, agravada em setembro”, destaca o diretor do Departamento de Economia Agrícola (Deagri), Wilson Araújo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

“No segundo semestre de 2008, houve redução do crédito privado e da demanda internacional por commodities, cujos preços caíram consideravelmente, além de adversidades climáticas, o que resultou numa retração de 7,2% na produção de grãos, fibras e oleaginosas”, observa Araújo.

A aplicação total de R$ 74,4 bilhões na agropecuária durante a safra 2008/2009 indica um aumento de 0,7% nas operações totais no crédito rural, em relação ao da safra anterior, que foi de R$ 73,8 bilhões. Considerados todos os recursos destinados ao financiamento do setor rural no ano safra 2008/2009, verifica-se que 82,6% foram aplicados a taxa de juros fixa.

Custeio e Comercialização - Os R$ 55,4 bilhões destinados aos financiamentos de custeio e comercialização superaram em 1,3% o valor programado. Do total de recursos aplicados para essa finalidade, 76,6% foram concedidos a juros fixos da ordem de 6,75% ao ano. As principais fontes de financiamento de custeio e comercialização foram os Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), que responderam por 51,8% dos recursos aplicados à taxa de juros controlados do crédito rural, seguido pela Caderneta de Poupança Rural, com 23% (20,4% a juros controlados e 2,63% a juros livres).

Investimento - Para financiar investimentos em infraestrutura produtiva da agricultura empresarial, na safra 2008/2009, foram alocados R$ 10,2 bilhões, dos quais foram aplicados R$ 9,4 bilhões: 92% do programado. O desembolso superou em 28% o da safra anterior, quando foram desembolsados R$ 7,3 bilhões, apesar das incertezas relacionadas à crise financeira mundial e à quebra de safra, em decorrência da estiagem ocorrida ao longo do ciclo das lavouras em estados produtores no Centro-Sul do País.

Os resultados mais expressivos foram observados nos financiamentos ao amparo dos Fundos Constitucionais (FCO, FNE e FNO), com aplicação de R$ 4,5 bilhões, 50% a mais que no ciclo anterior.

No conjunto dos programas coordenados pelo Mapa e financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o aumento das aplicações foi de 16,3%, passando de R$ 3,7 bilhões para R$ 4,3 bilhões. Destacou-se o desempenho do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), com mais 72%, do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), com mais 66%, e do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), com mais 49,7%.

Também expressiva na safra 2008/2009 foi a aplicação dos recursos programados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) - modalidade Proger Rural-, com desembolso de 93% dos R$ 500 milhões disponíveis, mostrando o acerto da medida. O Programa de Incentivo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) aplicou R$ 160 milhões no seu primeiro ano de vigência.

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Aviso de Pauta: lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio Eletrônico do MDA – 21/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lançam nesta quarta-feira (22), em Brasília (DF), o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010. A solenidade será realizada a partir das 15h, no Museu da República.

O Plano disponibiliza R$ 15 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Serviço:
Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010
Data: 22/07/09
Horário: a partir das 15h
Local: Museu da República (Esplanada dos Ministérios, ao lado da catedral)

Plano Safra 2009/2010 formaliza conquistas da agricultura familiar – Sítio eletrônico da Contag – 22/07/2009

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag) participa nesta quarta-feira (22/7), às 15h, no Museu Nacional (Complexo Cultural da República) da apresentação do Plano Safra 2009/2010. As medidas que serão anunciadas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) Guilherme Cassel são resultados das negociações do Grito da Terra Brasil (GTB) 2009.

A liberação de R$ 15 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a inclusão do Seguro da Agricultura Familiar para todos os projetos de investimento e o descontingenciamento de R$ 140 milhões para assistência técnica rural (Ater) são algumas das conquistas da Contag, que constam do Plano Safra. O GTB 2009 reuniu, em maio, cinco mil trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País, em Brasília.

O secretário de Política Agrícola da Contag, Antonio Rovaris, considera que o Plano Safra 2009/2010 fortalece a agricultura familiar. "Na atual conjuntura é suficiente. Até porque existe a promessa do governo federal de que se for necessário serão aportados mais recursos", afirma.

O dirigente sindical espera que o governo federal anuncie a ampliação do Programa de Garantia Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) para 100% da produção. Atualmente o programa só atinge 60%.
Muitas das medidas que serão anunciadas já estão sendo implementadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como a norma que flexibiliza as exigências para empréstimos rurais. O Banco do Brasil também anunciou aumento de 30% no volume de recursos destinados à agricultura brasileira e já está operando com o Pronaf para a safra 2009/2010.

Fonte: Juliana Oliveira, Agência Contag de Notícias

Pronaf financia compra de veículos utilitários – Sítio Eletrônico do MDA - 22/07/2009

A partir desta safra, o Pronaf vai financiar a compra de veículos utilitários por agricultores familiares. A medida, anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, nesta quarta-feira (22), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, contempla a compra de veículos automotores, elétricos ou de tração animal, como caminhões, caminhonetes de carga, caminhões frigoríficos, isotérmicos, graneleiros, reboques ou motocicletas adequadas às condições rurais.

O secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniran Sanches Peraci, afirma que a nova linha do Pronaf foi criada para dar maior agilidade dentro e fora das propriedades familiares. “Tivemos uma correção no Pronaf, permitindo que, além dos tratores, o Mais

Alimentos financiasse os utilitários para facilitar o transporte no escoamento da produção mas, principalmente, para uma melhor movimentação dentro da propriedade".

Todos os beneficiários do Pronaf podem acessar o crédito para adquirir os utilitários. Se o projeto apresentado estiver relacionado com o aumento da produtividade, ele será enquadrado no Mais Alimentos, que financia projetos de até R$ 100 mil, com juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de até dez anos e carência de três anos. A nova linha de crédito não poderá ser utilizada para a compra de carros de passeio.

"Todos os contratos estão garantidos no preço mínimo. A vantagem é que o agricultor pode indexar a dívida no preço mínimo do leite, do feijão, do que ele produzir. É uma garantia que nós estamos dando para ele fazer os investimentos necessários. E o preço está indexado nos próximos dez anos", ressalta Adoniran Peraci.

Escoamento da produção

O casal Veroniza Mendes Cruvinel e Edvaldo José da Silva, que viajou 650 quilômetros desde o assentamento Padre Nilo Scur, em Iporá (GO), para acompanhar o lançamento do Plano Safra, comemorou a novidade. E já projeta a melhoria do escoamento da produção de mandioca, milho, amendoim e ovos. "Estamos há dois anos no assentamento e temos dificuldade sem um veículo, principalmente para transportar ovos", diz Silva. Dona Veroniza afirma que o ideal seria investir no transporte antes do próximo plantio, em setembro, para garantir a distribuição da safra. "Se Deus quiser, a gente não vai ter mais que arrumar carro emprestado".

O presidente da Associação do Assentamento Padre Nilo Scur, Edson Messias de Souza, projeta que a nova linha do Pronaf deverá beneficiar a vida das 34 famílias que vivem no imóvel. "Sem um transporte próprio, ou o produtor perde a produção ou acaba entregando com má qualidade. Assim, poderemos entregar os produtos fresquinhos".

Atualizada às 19h

Lula lança o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lançam nesta quarta-feira (22) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010. A solenidade será realizada a partir das 15h, no Museu da República, em Brasília (DF).

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 fortalece e amplia políticas públicas do Governo Federal que beneficiam 4,1 milhões de unidades produtivas familiares em todo o

Brasil. Os produtores familiares, que respondem por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, têm à disposição R$ 15 bilhões, um aumento de 531% em relação aos R$ 2,38 bilhões aplicados na safra 2002/2003. Os recursos atendem às linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Veja aqui a evolução e a aplicação dos recursos do Pronaf

Seguindo as safras anteriores, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 amplia o volume de recursos disponíveis de crédito para o agricultor familiar. Veja as principais medidas:

Pronaf Custeio: Ampliação de R$ 30 mil para R$ 40 mil do limite máximo dos financiamentos por agricultor.

Microcrédito Rural: Ampliação de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil do limite de financiamento.

Pronaf Mulher: Ampliação do acesso de uma para até três linhas de custeio ou investimento para mulheres agricultoras de unidades familiares de produção que já acessam financiamentos por meio dos Grupos A ou A/C (custeio ou investimento da reforma agrária).

Pronaf Floresta: Ampliação de R$ 10 mil para R$ 14 mil do limite de financiamento para agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que planejam desenvolver projetos de Sistemas Agroflorestais.

Cooperativas: Ampliação de R$ 5 mil para R$ 10 mil do limite individual do Pronaf Cotas-Parte das cooperativas de produção com base na agricultura familiar, e de R$ 5 milhões para R$ 20 milhões para Pessoa Jurídica.

Ampliação de R$ 50 milhões para R$ 70 milhões do limite máximo de patrimônio líquido das cooperativas de produção com base na agricultura familiar.

Enquadramento no Crédito Pronaf: Ampliação do rebate de 30% no cálculo da renda bruta para produtores que desenvolvem as seguintes atividades: açafrão, algodão-caroço, amendoim, apicultura, aveia, bovinocultura de corte, centeio, cevada, girassol, grão-de-bico, mamona, soja, sorgo e triticale. Na aquicultura, também incluída nesta safra, o desconto é de 50%.

Veja aqui como funciona o rebate no cálculo da renda bruta do produtor familiar

Financiamento de veículos utilitários

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, o Pronaf vai financiar veículos utilitários. A medida abrange veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal

adequados às condições rurais. A linha contempla caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, camionetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas adaptadas à atividade rural. Não podem ser financiados jipes, camionetes de passageiros e camionetes mistas.

Mais Alimentos atende mais culturas

O Pronaf Mais Alimentos, linha que financia projetos de até R$ 100 mil, passa a contemplar mais atividades. Na Safra 2009/2010 da agricultura familiar serão atendidas as atividades de: apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo.

Os juros da Linha Mais Alimentos permanecem em 2% ao ano, com carência de até três anos e prazo de pagamento de até dez anos.

Até junho de 2009 foram comercializados 12.900 tratores por meio do Pronaf Mais Alimentos.

Veja aqui a evolução das vendas de tratores da linha Mais Alimentos (até 78cv)

Mais segurança para a produção

A produção da agricultura familiar é amparada por uma política de seguros, que também foi reforçada no Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010.

SEAF: O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que beneficiava os financiamentos de custeio do Pronaf, passa a cobrir, a partir desta safra, contratos de investimento.

PGPAF: O limite anual do valor do desconto de garantia do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliado de R$ 3,5 mil para R$ 5 mil por agricultor familiar.

Garantia-Safra: O valor do Garantia-Safra foi ampliado de R$ 550,00 para R$ 600,00. A partir desta safra, o pagamento foi reduzido de cinco para quatro parcelas (de R$ 150,00).

Mais Assistência Técnica

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 vai garantir mais agilidade à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ofertada gratuitamente em todo o País. A ATER passará a ser regulamentada por uma lei, que muda a forma de contratação dos serviços de ATER. Os convênios serão substituídos por chamadas públicas de projetos, que serão direcionadas a demandas específicas dos agricultores familiares. A contratação de serviços atendendo à realidade local possibilitará ações que vão potencializar as vocações econômicas regionais.

Veja aqui a evolução da produção de sete culturas atendidas pelo Mais Alimentos

Alimentação Escolar

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 consolida um novo mercado para os produtos da agricultura familiar: o da alimentação escolar da educação básica de toda a rede pública de ensino. Com a promulgação da Lei 11.947, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser destinados à compra de produtos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Terão prioridade assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. O agricultor familiar que possui DAP física poderá comercializar até R$ 9 mil/ano. O acesso ao Programa pode ser por meio de grupo formal (cooperativas e associações) ou informal.

Programa de Aquisição de Alimentos

Outra política de comercialização reforçada pelo Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os limites de todas as modalidades do Programa foram ampliados.

O agricultor familiar que acessa a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é feito em produto. Isso significa mais apoio ao agricultor familiar para comercializar seus produtos via PAA.

Veja aqui os novos limites das modalidades do PAA

O Selo da Agricultura Familiar

A partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, os produtos da agricultura familiar passarão a ser identificados. O Selo da Agricultura Familiar será um poderoso instrumento de acesso a mercados para um setor produtivo que responde por 70% dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros.

Ao apontar a origem do produto, o Selo da Agricultura Familiar auxilia o consumidor no momento da escolha e ajuda a difundir o consumo consciente de alimentos.

Veja aqui o Selo da Agricultura Familiar

Acesse aqui todas as informações sobre o Plano Safra

Governo Federal regulamenta Lei da Alimentação Escolar – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009

Foi anunciada nesta quarta-feira (22), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, a regulamentação da Lei 11.947/09, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. Com isso, cerca de 47 milhões de alunos da rede pública de ensino de todo o País terão a oportunidade de consumir produtos oriundos da agricultura familiar.

O objetivo do governo federal com a medida é promover a segurança alimentar e nutricional, a produção de alimentos da agricultura familiar que respeita as tradições alimentares locais, o desenvolvimento sustentável, a articulação de políticas públicas e o controle social. "Com essa medida, aproximamos ainda mais importantes políticas de governo, que são a de Segurança Alimentar e a de Agricultura Familiar", destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Serão atendidos alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal – em conformidade com o censo escolar realizado, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), no ano anterior ao do atendimento. Também estão incluídas as escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

O secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Peraci, destaca que a regulamentação da lei permite o reforço de valores como a importância de uma alimentação saudável produzida a partir do respeito ao meio ambiente e da valorização da atividade da mulher e do homem do campo. Ao mesmo tempo, é mais uma oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável entre os territórios rurais do País, reforçou Adoniram. A regulamentação determina que terão prioridade assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Os 30% do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 2009 correspondem a cerca de R$ 600 milhões. Esses recursos devem ser aplicados, obrigatoriamente, na aquisição de produtos da agricultura familiar. Estima-se que, com essa medida, cerca de 250 mil famílias agricultoras serão beneficiadas diretamente.

Atualmente, existem 2,5 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs), uma exigência ao agricultor no processo de compra e venda. O número demonstra o potencial oferta de produtos da agricultura familiar que podem fazer parte do mercado institucional (governo federal, estadual e municipal).

Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar

Pronaf financia compra de veículos utilitários – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009

A partir desta safra, o Pronaf vai financiar a compra de veículos utilitários por agricultores familiares. A medida, anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, nesta quarta-feira (22), durante o lançamento do Plano Safra da

Agricultura Familiar 2009/2010, contempla a compra de veículos automotores, elétricos ou de tração animal, como caminhões, caminhonetes de carga, caminhões frigoríficos, isotérmicos, graneleiros, reboques ou motocicletas adequadas às condições rurais.

O secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniran Sanches Peraci, afirma que a nova linha do Pronaf foi criada para dar maior agilidade dentro e fora das propriedades familiares. "Tivemos uma correção no Pronaf, permitindo que, além dos tratores, o Mais Alimentos financiasse os utilitários para facilitar o transporte no escoamento da produção mas, principalmente, para uma melhor movimentação dentro da propriedade".

Todos os beneficiários do Pronaf podem acessar o crédito para adquirir os utilitários. Se o projeto apresentado estiver relacionado com o aumento da produtividade, ele será enquadrado no Mais Alimentos, que financia projetos de até R$ 100 mil, com juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de até dez anos e carência de três anos. A nova linha de crédito não poderá ser utilizada para a compra de carros de passeio.

"Todos os contratos estão garantidos no preço mínimo. A vantagem é que o agricultor pode indexar a dívida no preço mínimo do leite, do feijão, do que ele produzir. É uma garantia que nós estamos dando para ele fazer os investimentos necessários. E o preço está indexado nos próximos dez anos", ressalta Adoniran Peraci.

Escoamento da produção

O casal Veroniza Mendes Cruvinel e Edvaldo José da Silva, que viajou 650 quilômetros desde o assentamento Padre Nilo Scur, em Iporá (GO), para acompanhar o lançamento do Plano Safra, comemorou a novidade. E já projeta a melhoria do escoamento da produção de mandioca, milho, amendoim e ovos. "Estamos há dois anos no assentamento e temos dificuldade sem um veículo, principalmente para transportar ovos", diz Silva. Dona Veroniza afirma que o ideal seria investir no transporte antes do próximo plantio, em setembro, para garantir a distribuição da safra. "Se Deus quiser, a gente não vai ter mais que arrumar carro emprestado".

O presidente da Associação do Assentamento Padre Nilo Scur, Edson Messias de Souza, projeta que a nova linha do Pronaf deverá beneficiar a vida das 34 famílias que vivem no imóvel. "Sem um transporte próprio, ou o produtor perde a produção ou acaba entregando com má qualidade. Assim, poderemos entregar os produtos fresquinhos".

Lula lança o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 – Sítio Eletrônico do MDA – 22/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lançam nesta quarta-feira (22) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010. A solenidade será realizada a partir das 15h, no Museu da República, em Brasília (DF).

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 fortalece e amplia políticas públicas do Governo Federal que beneficiam 4,1 milhões de unidades produtivas familiares em todo o Brasil. Os produtores familiares, que respondem por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, têm à disposição R$ 15 bilhões, um aumento de 531% em relação aos R$ 2,38 bilhões aplicados na safra 2002/2003. Os recursos atendem às linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Veja aqui a evolução e a aplicação dos recursos do Pronaf

Seguindo as safras anteriores, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 amplia o volume de recursos disponíveis de crédito para o agricultor familiar. Veja as principais medidas:

Pronaf Custeio: Ampliação de R$ 30 mil para R$ 40 mil do limite máximo dos financiamentos por agricultor.

Microcrédito Rural: Ampliação de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil do limite de financiamento.

Pronaf Mulher: Ampliação do acesso de uma para até três linhas de custeio ou investimento para mulheres agricultoras de unidades familiares de produção que já acessam financiamentos por meio dos Grupos A ou A/C (custeio ou investimento da reforma agrária).

Pronaf Floresta: Ampliação de R$ 10 mil para R$ 14 mil do limite de financiamento para agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que planejam desenvolver projetos de Sistemas Agroflorestais.

Cooperativas: Ampliação de R$ 5 mil para R$ 10 mil do limite individual do Pronaf Cotas-Parte das cooperativas de produção com base na agricultura familiar, e de R$ 5 milhões para R$ 20 milhões para Pessoa Jurídica.

Ampliação de R$ 50 milhões para R$ 70 milhões do limite máximo de patrimônio líquido das cooperativas de produção com base na agricultura familiar.

Enquadramento no Crédito Pronaf: Ampliação do rebate de 30% no cálculo da renda bruta para produtores que desenvolvem as seguintes atividades: açafrão, algodão-caroço, amendoim, apicultura, aveia, bovinocultura de corte, centeio, cevada, girassol, grão-de-bico, mamona, soja, sorgo e triticale. Na aquicultura, também incluída nesta safra, o desconto é de 50%.

Veja aqui como funciona o rebate no cálculo da renda bruta do produtor familiar

Financiamento de veículos utilitários

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, o Pronaf vai financiar veículos utilitários. A medida abrange veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal adequados às condições rurais. A linha contempla caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, camionetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas adaptadas à atividade rural. Não podem ser financiados jipes, camionetes de passageiros e camionetes mistas.

Mais Alimentos atende mais culturas

O Pronaf Mais Alimentos, linha que financia projetos de até R$ 100 mil, passa a contemplar mais atividades. Na Safra 2009/2010 da agricultura familiar serão atendidas as atividades de: apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo.

Os juros da Linha Mais Alimentos permanecem em 2% ao ano, com carência de até três anos e prazo de pagamento de até dez anos.

Até junho de 2009 foram comercializados 12.900 tratores por meio do Pronaf Mais Alimentos.

Veja aqui a evolução das vendas de tratores da linha Mais Alimentos (até 78cv)

Mais segurança para a produção

A produção da agricultura familiar é amparada por uma política de seguros, que também foi reforçada no Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010.

SEAF: O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que beneficiava os financiamentos de custeio do Pronaf, passa a cobrir, a partir desta safra, contratos de investimento.

PGPAF: O limite anual do valor do desconto de garantia do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliado de R$ 3,5 mil para R$ 5 mil por agricultor familiar.

Garantia-Safra: O valor do Garantia-Safra foi ampliado de R$ 550,00 para R$ 600,00. A partir desta safra, o pagamento foi reduzido de cinco para quatro parcelas (de R$ 150,00).

Mais Assistência Técnica

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 vai garantir mais agilidade à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ofertada gratuitamente em todo o País. A ATER passará a ser regulamentada por uma lei, que muda a forma de contratação dos serviços de ATER. Os convênios serão substituídos por chamadas públicas de projetos,

que serão direcionadas a demandas específicas dos agricultores familiares. A contratação de serviços atendendo à realidade local possibilitará ações que vão potencializar as vocações econômicas regionais.

Veja aqui a evolução da produção de sete culturas atendidas pelo Mais Alimentos

Alimentação Escolar

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 consolida um novo mercado para os produtos da agricultura familiar: o da alimentação escolar da educação básica de toda a rede pública de ensino. Com a promulgação da Lei 11.947, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser destinados à compra de produtos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Terão prioridade assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. O agricultor familiar que possui DAP física poderá comercializar até R$ 9 mil/ano. O acesso ao Programa pode ser por meio de grupo formal (cooperativas e associações) ou informal.

Programa de Aquisição de Alimentos

Outra política de comercialização reforçada pelo Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os limites de todas as modalidades do Programa foram ampliados.

O agricultor familiar que acessa a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é feito em produto. Isso significa mais apoio ao agricultor familiar para comercializar seus produtos via PAA.

Veja aqui os novos limites das modalidades do PAA

O Selo da Agricultura Familiar

A partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, os produtos da agricultura familiar passarão a ser identificados. O Selo da Agricultura Familiar será um poderoso instrumento de acesso a mercados para um setor produtivo que responde por 70% dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros.

Ao apontar a origem do produto, o Selo da Agricultura Familiar auxilia o consumidor no momento da escolha e ajuda a difundir o consumo consciente de alimentos.

Veja aqui o Selo da Agricultura Familiar

Acesse aqui todas as informações sobre o Plano Safra

Endividados, citricultores discutem opções de renda – Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócio – 22/07/2009

Representantes de quase 30 sindicatos rurais de municípios paulistas que têm na laranja uma importante fonte de renda se reuniram ontem na sede da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), na capital, para discutir a viabilidade de se adotar para a fruta uma política de preços mínimos em tempos de demanda retraída e remuneração em queda

A reunião contou com a participação de membros do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura estadual, mas as conclusões do debate que tomou boa parte da manhã foram desanimadoras. Como depois diagnosticou Marco Antonio dos Santos, presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga e coordenador da mesa de citricultura da Faesp, os mecanismos à disposição, relativamente eficazes para culturas como grãos, café e mesmo a cana, esbarram, na laranja, na perenidade da cultura e na forte concentração do lado comprador, dominado por quatro grandes indústrias (Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus).

"Não é impossível, mas de fato o estabelecimento de uma política nesse sentido é difícil", afirmou Santos ao Valor. O assunto ainda será exaustivamente estudado, mas o dirigente sabe que sem a participação das indústrias nada vai acontecer. E fontes graduadas do segmento informaram que as empresas não têm interesse em uma política nesse sentido, porque produzem boa parte da fruta que demandam e também devido à base de informações que teriam de fornecer a governo e produtores de laranja para torná-la viável.

Enquanto isso, para boa parte dos citricultores paulistas a água continua subindo. Devido aos necessários cuidados para evitar a doença conhecida como greening e à elevação de insumos nos últimos dois anos (hoje esses preços estão em queda), os custos de produção superam R$ 10. Para produtores que têm contratos de fornecimento de longo prazo com as indústrias (cerca de 50% da safra que começou a ser colhida não está contratada), os compromissos variam de US$ 3 a US$ 4,50 por caixa de 40,8 quilos, conforme a Faesp. Quem quiser negociar no mercado spot, receberá, hoje, menos de R$ 4, de acordo com o Cepea/Esalq.

Os preços baixos vêm colaborando para elevar o endividamento dos citricultores paulistas, segundo cálculos de Cláudio Silveira Brisolara, chefe do departamento econômico da Faesp, baseados em dados de crédito rural oferecidos nas linhas com juros subsidiados do governo.

Em 2006, lembra Brisolara, os financiamentos para custeio e investimentos ligados à laranja somaram cerca de R$ 500 milhões no país (São Paulo representa cerca de 80% da produção nacional de laranja), sendo R$ 62 milhões para investimentos. Em 2007, foram R$ 627 milhões no total, R$ 83 milhões dos quais para investimentos, e em 2008 o valor atingiu R$ 677 milhões, mas apenas R$ 71 milhões para investimentos. Se o valor total está aumentando e os investimentos estão diminuindo, sustenta a Faesp, isso significa que parte do crédito está sendo usada para rolar dívidas.

A conjuntura adversa da citricultura vem tomando boa parte da agenda do secretário da Agricultura de São Paulo, João Sampaio. E suas palestras e reuniões, disse ele ao Valor, têm sido pautadas por uma dose de realismo por vezes mal recebido. As ações da secretaria têm se concentrado nas precauções fitossanitárias que o greening exige, e no que se refere ao mercado ele concorda que preços mínimos não resolverão. "A citricultura terá de se reinventar, com menos dependência das indústrias exportadoras e maior desenvolvimento do mercado interno". A inclusão de sucos naturais na merenda escolar paulista, alvo de um projeto de lei, é uma opção, mas há outras em estudo. De acordo com Sampaio, iniciativas de produção de suco pelos citricultores para venda em outros Estados do país poderiam render frutos menos azedos.

BB e Nossa Caixa destinam R$ 5,8 bi para a safra 2009/2010 em SP – Sítio Eletrônico da CNA – 23/07/2009

O Banco do Brasil e a Nossa Caixa vão destinar R$ 5,8 bilhões para financiamentos rurais no Plano Safra 2009/2010, no Estado de São Paulo. O valor representa incremento de 35%, sobre os R$ 4,3 bilhões desembolsados na safra 2008/2009 pelos dois bancos.

A Nossa Caixa vai disponibilizar R$ 1 bilhão para os financiamentos rurais do período, quase 70% a mais do que os R$ 594,5 milhões desembolsados na última safra. O banco traz ainda outras novidades ao setor, como a ampliação dos limites operacionais de crédito e a oferta de mais uma modalidade de financiamento rural para cooperativas e agroindústrias, a Linha Especial de Crédito (LEC). Já o Banco do Brasil informou que vai destinar R$ 4,8 bilhões, valor que representa incremento de 30% em relação ao que o Banco havia aplicado no Estado no ano safra 2008/2009.

Em processo de integração desde março deste ano, as instituições já operam alinhadas em relação à maioria das condições das linhas de crédito rural com recursos obrigatórios: do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger); e de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Essa safra marca um posicionamento da Nossa Caixa mais focado no agronegócio e, para dinamizar o setor, ampliamos a disponibilidade de recursos e os limites das operações", afirma Demian Fiocca, presidente do Banco Nossa Caixa. "Por meio da aliança com o BB, a Nossa Caixa se torna um parceiro ainda mais forte para o desenvolvimento do agronegócio paulista".

Para o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto, o aumento de disponibilidade de recursos reforça o compromisso com a agropecuária brasileira. "A atuação em conjunto com a Nossa Caixa permitirá ao BB ampliar e consolidar o financiamento ao setor, no Estado de São Paulo", diz o vice-presidente do BB.

Os recursos do Plano Safra 2009/2010 serão destinados à agricultura empresarial e familiar, agroindústrias e cooperativas agropecuárias. As taxas de juros variam de 1% a 6,75% ao ano, de acordo com o enquadramento nas modalidades de crédito e o prazo escolhido, que pode chegar a até cinco anos.

Crédito Rural - Pela linha tradicional de crédito rural, o limite de operações para investimento passou de R$ 130 mil para R$ 200 mil. A taxa de juros é de 6,75% ao ano e o prazo de pagamento é de até cinco anos.

Para operações de custeio, o limite de crédito é de até R$ 600 mil, de acordo com a cultura financiada. A taxa de juros é de 6,75% ao ano e prazo de até dois anos. Os recursos podem ser utilizados para custeio agrícola (cobertura de despesas com o preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita); e custeio pecuário (despesas da exploração).

Proger - Por meio do Proger Rural, o Banco do Brasil e a Nossa Caixa concedem financiamentos para custeio ou investimento agropecuário com taxa de juros de 6,25% ao ano e prazo de até cinco anos. A renda bruta anual para enquadramento no programa foi elevada para R$ 500 mil. O limite de financiamento também foi ampliado: para custeio, passou de R$ 150 mil para R$ 250 mil; e nas operações de investimento, subiu de R$ 150 mil para R$ 200 mil.

Pronaf - Produtores com renda bruta anual de até R$ 110 mil podem obter crédito por meio do Pronaf. Para esta linha, os juros vão de 1% a 5,5% ao ano, conforme a renda do tomador do crédito e a destinação dos recursos. O prazo de pagamento é de até dois anos para custeio agrícola e um ano para custeio pecuário; e varia de dois a cinco anos para investimento agropecuário. O valor de financiamento para custeio foi ampliado para R$ 40

mil, ante R$ 30 mil da safra passada. Para investimento, o limite é de R$ 54mil.

Crédito a cooperativas e agroindústrias - Para o Plano Safra 2009/2010, o BB e a Nossa Caixa vão reforçar sua atuação junto às empresas e cooperativas do setor agropecuário. No caso da Nossa Caixa, o limite de crédito foi ampliado de R$ 3 milhões para R$ 10 milhões para cooperativas e de R$ 3 milhões para R$ 20 milhões para a agroindústria. Em ambos os casos, esses limites podem ser estendidos, conforme análise cadastral do tomador do financiamento e as garantias oferecidas por ele.

A Nossa Caixa, a exemplo do que já ocorre no BB, vai disponibilizar mais uma opção de crédito para esse público, a Linha Especial de Crédito (LEC), destinada a financiamentos para comercialização de produtos agropecuários, como café, carne suína, lã de ovinos, maçã, mandioca (fécula), mel e pêssego.

Os bancos também oferecem linha de crédito para desconto de Notas Promissórias Rurais (NPR) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), pelos quais podem ser financiados o custeio, a estocagem e a comercialização de produtos agropecuários. Nas três modalidades de crédito, a taxa de juros é de 6,75% ao ano.

As cooperativas rurais têm ainda outras opções de linhas de crédito para investimento, custeio, comercialização ou repasse aos cooperados, com taxa de juros é de 6,75% ao ano. Os recursos podem ser utilizados, por exemplo, para a compra de insumos, como fertilizantes, sementes, vacinas e defensivos, a serem fornecidos aos cooperados; para o custeio da safra; e aquisição de tratores e implementos agropecuários.

Para saber mais sobre os financiamentos rurais, basta procurar as agências do Banco do Brasil ou da Nossa Caixa de qualquer município do Estado de São Paulo.

AGRICULTURA FAMILIAR RECEBE MAIS RECURSOS – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2009

O Plano Safra para a agricultura familiar terá R$ 15 bilhões, ante R$ 13 bilhões em 2008. O programa passa a permitir financiamento de caminhões, caminhões frigoríficos e veículos de carga.

Pronaf: agricultores familiares ganham novo prazo para renegociação – Sítio Eletrônico do MDA – 13/07/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que estão inadimplentes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm até 30 de outubro para ir aos bancos e aderir à renegociação das dívidas. A medida vale para os agricultores que estavam inadimplentes até 30 de abril de 2008. O novo prazo foi concedido na última semana pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os interessados em pagar toda a dívida com desconto ou renegociar têm até 30 de novembro. Caso o agricultor opte pela renegociação, terá que pagar 1% do valor total da dívida até este prazo.

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, orienta que o agricultor precisa ir a agência onde tem o financiamento e assinar o pedido de renegociação ou liquidação. "O banco deve fornecer uma cópia do pedido ao agricultor, pois esta é a prova de que fez o pedido dentro do prazo", avisa.

Com a renegociação da dívida, mesmo que o financiamento já tenha vencido, será permitida a prorrogação da dívida sem a cobrança de juros pelo período em atraso, ou seja, serão cobrados apenas os juros normais do financiamento.

O mesmo prazo (30 de outubro) também foi concedido aos agricultores que têm dívidas coletivas para que possam individualizar suas operações. Isso vale para as operações dos grupos A, A/C e B do Pronaf contratadas até 30 de junho de 2006.

Exemplos

Um agricultor que possui uma dívida de investimento em atraso no valor total de R$ 10 mil e procurou o banco para fazer a renegociação até o prazo (30 de outubro) deverá pagar pelo menos R$ 100 para que possa prorrogar o restante da dívida em até quatro anos. Assim, poderá garantir benefícios como a retirada dos juros que deveriam ser cobrados pelo atraso no pagamento.

Aqueles agricultores que liquidarem totalmente a dívida poderão receber o bônus de adimplência, como por exemplo, no grupo C do Pronaf que tem um bônus de R$ 700 para o pagamento total e em dia do financiamento.

Já no caso de um financiamento de microcrédito rural (grupo B), há um bônus de adimplência de 25% para liquidação integral da dívida.

Nova rolagem de dívidas de produtores familiars – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2009

Mesmo sob risco de sofrer uma forte pressão política pela ampliação dos benefícios, o governo federal decidiu renegociar as dívidas rurais de produtores familiares que não foram favorecidos pelos termos do último pacote de rolagem geral de débitos, anunciado em maio de 2008. Estima-se que a nova repactuação favoreça até 100 mil famílias, sobretudo do Nordeste e do Sul, cujas dívidas somariam até R$ 8 bilhões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou ontem ao Valor a disposição de reabrir as negociações para uma nova repactuação pontual desse passivo. "Tem boi na linha. Essa renegociação pode ficar melhor", disse, em rápida entrevista à saída da solenidade de anúncio do novo Plano de Safra da agricultura familiar. "Vamos fazer algo para uma parte pequena dessa dívida que ficou para trás". Questionado, o presidente negou a intenção de anistiar dívidas de valores mais baixos. "Anistia não vai ter. Mas dá para ser melhor", afirmou. Lula informou que fará uma reunião com dirigentes dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e do Banco do Brasil para tratar do tema.

Em maio de 2008, o governo anunciou um pacote de R$ 75 bilhões para renegociar dívidas de 2,8 milhões de contratos. Em setembro, foi sancionada a lei nº 11.775 para autorizar os bancos a renegociar esses débitos. Mas muitos produtores do Nordeste não foram enquadrados na repactuação do passivo em razão de prazos e restrições previstas nos termos da lei. No Sul, há problemas pontuais com produtores prejudicados pela forte estiagem. Parte deles não conta com a cobertura de nenhum tipo de seguro.

O governo teme os efeitos políticos de deixar de fora tantas família. O movimento do governo começou na semana passada, quando o presidente Lula foi alertado, em viagem a Alagoas, sobre a situação complicada de vários produtores do Nordeste. O presidente recebeu depoimentos de alguns produtores que não haviam sido beneficiados pela última renegociação. E teria percebido, segundo auxiliares, uma potencial migração de votos desse descontentes com a exclusão. De volta a Brasília, foi informado que a situação seria semelhante no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde deputados da oposição já amplificam a frustração dos pequenos produtores com o governo. Lula já disse a auxiliares que não quer "marola política" com o assunto.

Em geral, os excluídos da última renegociação não conseguiram benefícios em rolagens anteriores para seus débitos mais antigos. A maior parte deles está incluído na Dívida Ativa da União e tem sido cobrada pelos bancos credores. Uma solução seria expurgar desses débitos todos os "penduricalhos", como juros de mora e multas por atraso. Assim, apenas o principal da dívida seria cobrado em suaves parcelas. Há problemas com produtores de café de Minas Gerais e com dívidas incluídas nos programas de securitização e de saneamento de ativos (Pesa).

O Ministério da Fazenda quer evitar pressão de grandes e médios produtores sobre o Tesouro. Admite ampliar o prazo de adesão para a repactuação de débitos com risco da União, vencido em 30 de junho, para o fim deste ano. Também poderia criar condições especiais para os inadimplentes do "Pronaf B". "Essas seriam medidas que poderíamos tomar agora", afirmou o secretário-adjunto de Política Econômica, Gilson Bittencourt. O

presidente da Contag, Alberto Broch, afirmou que o governo precisa ampliar a ajuda a todos os produtores afetados pela seca no Sul e as enchentes no Nordeste. "Precisamos de uma atenção especial. Se vai renegociar, que seja para todos", disse.

Agricultura Familiar receberá até 128% a mais do governo na safra 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 24/07/2009

Os agricultores familiares que vendem sua produção à Conab por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) receberão o limite de até 128% a mais na safra 2009/10, quando comparado ao ciclo passado. É que o limite anual de algumas modalidades de venda será de até R$ 8.000. O teto antigo era de R$ 3.500. Os reajustes passam a valer a partir desse mês e fazem parte do Plano Safra da Agricultura Familiar, anunciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para participar do PAA, o agricultor familiar pode apresentar projetos nas modalidades Compra Direta, Formação de Estoques, Compra com Doação Simultânea e PAA Leite (exclusivo para a região Nordeste e norte de Minas Gerais). Os limites para esses tipos de comercialização passam a ser, respectivamente, de R$ 8.000, R$ 8.000 e R$ 4.500 e R$ 4.000. Os valores são anuais, com exceção do PAA leite, que é semestral.

PAA - Operacionalizado pela Conab com recursos do MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PAA foi criado há seis anos para incentivar a produção agrícola de origem familiar. O programa ajuda o camponês a ampliar sua renda e lhe dá condições para que permaneça trabalhando na zona rural. As negociações dispensam licitações, o que desburocratiza as operações e diminui a ação de intermediários.

De 2003 até o final do ano passado, o programa repassou mais de R$ 1 bilhão aos agricultores, onde os recursos foram distribuídos na seguinte proporção: região Sul com 37%, Nordeste 30%, Sudeste 18%, Norte 10% e Centro-Oeste 5%.

Nossa Caixa vai financiar até R$ 1 bi na safra 2009/10 – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 24/07/2009

Em sua primeira safra "completa" sob o comando do Banco do Brasil, a Nossa Caixa anunciou uma programação de US$ 1 bilhão em recursos para financiar os produtores na temporada 2009/10. O montante é quase 70% maior que os R$ 594,5 milhões aplicados na safra 2008/09. O Banco do Brasil anunciou em novembro a compra da Nossa Caixa por R$ 5,38 bilhões.

Como o BB destinou R$ 4,8 bilhões em linhas para a safra 2009/10 em São Paulo, os dois bancos, somados, deixarão à disposição dos produtores agrícolas de São Paulo R$ 5,8 bilhões na temporada iniciada neste mês. Esses recursos deverão representar entre 33% e 35% do total a ser financiado no Estado nesta safra, estima Luís Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de agronegócios do BB.

A Nossa Caixa não anunciou na quinta-feira apenas o aumento no volume de recursos destinados ao financiamento da safra, mas também a elevação dos limites para cada tomador em algumas linhas. Em investimento agropecuário, por exemplo, o teto passou de R$ 130 milo para R$ 200 mil. Em custeio, o limite passou de R$ 400 para R$ 600 mil.

O banco também passará a ofertar linhas que, até a safra passada, ele não oferecia - caso, por exemplo, das linhas de custeio e investimento do Proger Rural, voltadas a pequenos produtores, e da Linha Especial de Crédito (LEC), para o financiamento à comercialização de cooperativas e agroindústrias. "Queremos operar em todas as linhas. O banco não tem tradição no financiamento à agricultura como tem o Banco do Brasil, mas as metodologias estão sendo integradas. Estamos nos apoiando na expertise do BB", disse Gueitiro Matsuo Genso, diretor de produtos da Nossa Caixa.

Responsável por uma fatia pouco superior a 60% do crédito rural no país, o Banco do Brasil já revelou o aumento de 30% no volume de recursos para a safra 2009/10. Em São Paulo, o BB, sozinho, prevê desembolsos de R$ 4,8 bilhões - na safra 2008/09, o volume de recursos à disposição dos produtores do Estado foi de R$ 3,7 bilhões.

A Nossa Caixa pode não ter a experiência que o BB tem no financiamento da agricultura, mas, por outro lado, mais de 92% dos clientes estão classificados acima da faixa "C" de risco, estrato considerado de risco menor - a classificação vai de AA a H -, segundo o presidente da instituição, Demian Fiocca. "A compra [da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil] ajudou a impulsionar as nossas operações [agrícolas]", disse ele na abertura do evento de apresentação das linhas.

A partir de 30 de junho, com a autorização, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), dada aos bancos para ajustar a classificação do risco de seus clientes, 94 mil produtores, de um universo de até 300 mil, mudaram seu status de acesso aos recursos. Embora a classificação de risco das operações vá até "H" - para essas, o provisionamento contra perdas tem que ser de 100% do valor das operações -, o crédito costuma ser negado se a classificação fica de "D" para baixo - patamar que passa a exigir provisionamento de 30%.

"O produtor que estava com classificação abaixo de D poderá voltar ao mercado. Quem já estava e melhorou a classificação, poderá conseguir juros mais baixos", diz José Carlos Vaz, diretor de agronegócios do BB. A perspectiva de renda dos produtores para esta safra é boa, segundo ele.

BB desembolsa um terço de orçamento para capital de giro de agroindústrias – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 27/07/2009

O Banco do Brasil desembolsou até agora um terço do orçamento de R$ 6 bilhões destinados à instituição pelo Tesouro Nacional para financiar capital de giro emergencial a agroindústrias e usinas de álcool.

O BB ainda não recebeu os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para lastrear esses empréstimos, como previsto pelo governo, mas financiou R$ 2 bilhões a empresas dos segmentos sucroalcooleiro, frigorífico, tabaco, têxtil, madeira e celulose, máquinas e equipamentos agrícolas, café e laticínios. Até o fim de agosto, o BB estima emprestar outros R$ 3 bilhões em operações com juros fixos de 11,25% ao ano para empresas com dificuldades de caixa.

O Tesouro Nacional autorizou, há dois meses, o repasse ao BB de metade do orçamento de R$ 10 bilhões do Programa de Crédito Especial Rural (Procer) e de R$ 1 bilhão do Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS). Uma lei, aprovada em abril deste ano pelo Congresso Nacional, permitiu o subsídio direto do Tesouro aos juros dessas operações. O governo espera financiar até 1,87 bilhão de litros de etanol para usinas e dar fôlego financeiro suficiente para agroindústrias e cooperativas consolidarem suas posições em meio à crise econômica global.

O BB informa que o repasse deve ocorrer até o fim de julho. "Estamos atendendo a toda demanda que tem chegado, dentro do cronograma acertado no âmbito do governo", diz o diretor de Agronegócios, José Carlos Vaz. Mas o atraso, dizem analistas, deve encurtar o prazo de adesão e o tempo do financiamento, previsto para até dois anos.

Para suprir a demanda de crédito, o BB optou por fazer uma espécie de "empréstimo-ponte", usando recursos captados na poupança rural para alimentar as novas linhas do governo. Depois, o banco fará um arranjo contábil para reclassificar essas operações como crédito rural para o novo Plano de Safra.

No balanço dos empréstimos, as usinas de álcool foram as mais beneficiadas até agora. Levaram R$ 817 milhões do total do crédito agroindustrial liberado pelo BB. Com dificuldades de caixa, os frigoríficos contrataram R$ 795 milhões da linha. Já o complexo soja ficou com R$ 558 milhões. A surpresa ficou para os desembolsos às indústrias de tabaco, que levaram R$ 362 milhões , e das têxteis, que contrataram R$ 275 milhões. Indústrias de madeira e celulose obtiveram R$ 326 milhões em financiamento. O setor de defensivos ficou com R$ 313 milhões e o de máquinas e equipamentos agrícolas, R$ 133 milhões. As indústrias de suco de laranja tiveram R$ 80 milhões, as de café R$ 60 milhões, e os laticínios, R$ 58 milhões.

Nas contas do BB, porém, os desembolsos somam R$ 5,6 bilhões. "Essas operações não estavam previstas no Plano de Safra original e foram realizadas como ação anti-crise", explica José Carlos Vaz. Os recursos extras vieram da poupança rural. "Mas sem comprometer os desembolsos em crédito rural", ressalva. Houve, segundo ele, o efeito da elevação do percentual de aplicação obrigatória pelos bancos no setor (exigibilidades) - no caso da poupança, de 65% para 70%. Também foi registrado um forte crescimento da captação "acima e fora da curva histórica" prevista no desenho do Plano de Safra 2008/09.

Nos cálculos do BB, entram todas as operações de crédito agroindustrial feitas na safra 2008/09, encerrada em 30 de junho - nesse período, o banco liberou R$ 30,5 bilhões em crédito rural. No total, o governo reservou R$ 12,3 bilhões para socorrer agroindústrias e usinas de álcool.

Estiagem ou enchentes: novo prazo para agricultores atingidos – Sítio Eletrônico do MDA - 30/07/2009

Os agricultores familiares que tiveram perdas de renda em decorrência de estiagem ou enchentes e não são amparados pelo seguro têm até o dia 15 de outubro para o pagamento das operações de custeio do Pronaf. Poderão se beneficiar do novo prazo àqueles que sofreram com a estiagem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Já no caso de enchentes, a nova data é válida para os estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

A medida, aprovada pelo Conselho Monetário na última quarta-feira (29), manteve o prazo de vencimento das operações de investimento para 15 de agosto. Foi concedido, ainda, prazo adicional aos órgãos da defesa civil dos governos estaduais para o reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública de municípios prejudicados por estiagens ou enchentes.

A data-limite para homologação dos decretos municipais pelos governos estaduais passou de 15 de junho para 15 de julho deste ano. Segundo o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, essa solicitação foi encaminhada pelo MDA a pedido dos movimentos sociais dos agricultores familiares.

Garantia de Preços

Foi aprovada, ainda, a inclusão de cinco novos produtos no Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), são eles: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava. O programa já incluía algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Outra novidade do PGPAF é a elevação do limite anual do valor do desconto de garantia para as operações de custeio e investimento de R$ 3,5 mil para R$ 5 mil por agricultor. Essa mudança passa a valer a partir de janeiro de 2010.

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos de custeio e/ou investimento, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de

garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

CMN confirma medidas de apoio ao campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 30/07/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem medidas de auxílio a cooperativas, produtores de frutas, agricultores familiares e atingidos por estiagens e enchentes na safra 2008/09. A reunião ordinária do CMN autorizou ontem os produtores associados a cooperativas agropecuárias singulares a usar parte da linha de crédito de R$ 2 bilhões do BNDES para financiar a capitalização de centrais cooperativas por meio de suas "cotas-partes" (espécies de ações).

Os membros do conselho fixaram em 90 dias o prazo para que cooperativas transformem os créditos recebidos para aquisição de insumos, a título de adiantamentos de pré-custeio, em operações de fornecimento de insumos aos cooperados. O limite de crédito do pré-custeio a produtores foi elevado de R$ 130 mil para R$ 170 mil. O CMN também concedeu mais prazo, até 30 de setembro, para a contratação do refinanciamento das dívidas de associados a cooperativas de crédito com o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Para liquidar essas operações com desconto, além de R$ 8 milhões à disposição, os pequenos cooperados terão até o dia 30 de dezembro deste ano.

O CMN decidiu, ainda, que as operações de investimento do Pronaf contratadas até 30 de junho passado não serão computadas pelo BNDES na definição das taxas de juros no caso de novos financiamentos.

O CMN concedeu prazos adicionais aos governos estaduais para o reconhecimento de situações de calamidade pública em regiões prejudicadas por estiagens ou enchentes. A data-limite passou de 15 de junho para 15 de julho deste ano. O vencimento das operações de custeio no Pronaf sem amparo de seguro oficial tiveram prazo prorrogado para 15 de outubro. No caso de investimentos, o prazo segue mantido em 15 de agosto.

Os membros do conselho aprovaram, ainda, a inclusão de cinco novos produtos e a elevação dos preços mínimos no Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF).

Outra resolução do CMN criou uma Linha Especial de Crédito (LEC) com recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional para produtores, cooperativas e agroindústrias de frutas. Estão incluídas maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá e abacaxi. O prazo de contratação inicia em agosto de 2009 e segue até o mês de junho de 2010.

Incra amplia para R$ 15 mil o crédito Aquisição de Material de Construção – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009

Os assentados da reforma agrária agora têm à disposição R$ 15 mil por família para a compra de materiais de construção. O crédito, antes no valor de R$ 10 mil, foi incrementado para possibilitar a construção de casas com mais qualidade e melhor acabamento, melhorando as condições de moradia nos assentamentos. Segundo estimativas da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD) do Incra, apenas neste ano terão acesso aos novos valores pelo menos 150 mil famílias assentadas em todo o País.

A alteração está em vigor desde a segunda-feira (27), a partir da publicação da Instrução Normativa nº 54 no Diário Oficial da União. O crédito Aquisição de Material de Construção poderá ser disponibilizado a assentados de projetos do Incra ou de assentamentos reconhecidos pelo Instituto, desde que regularmente selecionados e cadastrados.

"A elevação do valor do crédito para R$ 15 mil vai possibilitar a construção de casas mais confortáveis e compatíveis com o tamanho da família que vive e trabalha no meio rural. Expressa o compromisso efetivo do Incra com a ampliação da dignidade no campo", ressalta o diretor da DD, Cesar Oliveira.

Crédito Instalação

O benefício é uma das nove modalidades que compõem o chamado Crédito Instalação. O Programa destina-se a efetivar o direito à segurança alimentar e nutricional aos assentados da reforma agrária, bem como disponibilizar um suporte inicial para a implantação do assentamento.

O crédito garante a compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas, a construção e recuperação de moradias e a segurança hídrica aos projetos localizados no semiárido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água. Os recursos também podem ser aplicados em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais etc.) para a geração de renda.

O Crédito Instalação é concedido desde 1985, mas até início de 2003 era operacionalizado por intermédio de apenas duas modalidades. Entre 2005 e 2008, foram criadas mais sete modalidades para fomentar uma nova estratégia de organização produtiva e de implantação dos assentamentos. A última alteração ocorreu em junho deste ano, com a criação da modalidade Crédito Ambiental, para apoiar a recuperação de áreas de reserva legal nos assentamentos. As linhas de financiamento e valores atuais são os seguintes:

1.Apoio Inicial: R$ 3,2 mil por família;

2.Apoio Mulher: R$ 2,4 mil por família;
3.Aquisição de Materiais de Construção: R$ 15 mil por família;
4.Fomento: R$ 3,2 mil por família;
5.Adicional do Fomento: R$ 3,2 mil por família;
6.Semiárido: até R$ 2 mil por família;
7.Recuperação/Materiais de Construção: até R$ 5 mil por família;
8.Reabilitação de Crédito de Produção: até R$ 6 mil por família;
9.Crédito Ambiental: R$ 2,4 mil por família.

O Programa de Crédito é implantado por intermédio de uma equipe multidisciplinar, constituída por integrantes das Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados. Os valores são repassados pelo agente financeiro diretamente para a conta do fornecedor ou ao prestador de serviços. Portanto, nem os agricultores assentados, nem os técnicos do Incra, têm acesso aos recursos.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL